



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE**  
**MESTRADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA ITAIPU  
BINACIONAL E A DESAPROPRIAÇÃO DOS TERRITÓRIOS  
INDÍGENAS AVÁ- GUARANI**

**Caroline Recalcatti**

**Toledo – Paraná – Brasil**

**2020**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE**  
**MESTRADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**Caroline Recalcatti**

**A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA ITAIPU  
BINACIONAL E A DESAPROPRIAÇÃO DOS TERRITÓRIOS  
INDÍGENAS AVÁ- GUARANI**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste/Campus Toledo, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientadora: Prof. Dra. Franci Rodrigues

**Toledo – Paraná – Brasil**

**2021**

Recalcatti, Caroline

A Construção Da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional E A Desapropriação Dos Territórios Indígenas Avá-Guarani / Caroline Recalcatti; orientador Francy Rodrigues Da Guia Nyamien. - Toledo, 2021.

100 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Toledo) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Engenharias e Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, 2021.

1. Território. 2. Construção de hidrelétrica. 3. Meio ambiente. 4. Indígenas. I. Rodrigues Da Guia Nyamien, Francy, orient. II. Título.

## **DEDICATÓRIA**

À Deus, senhor da minha vida, a minha mãe Lucila, ao meu pai Sergio, por me ensinarem os valores da vida, a minha filha Eduarda, ao meu filho Ícaro, por quem eu vivo, em quem eu vivo, a Marli, amor da minha vida, a Unioeste, meu templo de formação e conhecimento. Aos Guarani, pela resistência e existência que tanto me inspira.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, energia do amor, da paz e do bem.

Aos meu pai, Sérgio e a minha mãe Lucila, por terem me dado a vida, me ensinado o valor de estudar e de trabalhar, com afinho e dedicação. Vocês, com toda certeza, são meus maiores incentivadores. Minha gratidão e meu amor eterno.

A minha filha Eduarda e ao meu filho Ícaro, em quem eu vivo e por eles e para eles a minha dedicação diária em tudo o que eu faço. Amo vocês, muito mais do que possam imaginar.

A Marli, meu porto seguro nos momentos de tempestade e de paz, juntas aprendemos amar verdadeiramente e reciprocamente. "...de tudo que há na Terra, não há nada em lugar nenhum que vá crescer sem você chegar".

A minha família extensa, irmãos, tias, tios, primos, primas, gratidão por sermos sempre nós, juntos pra tudo.

Aos meus amigos e amigas, os quais, as quais, tenho certeza que comemoram todas as minhas vitórias e me incentivam a cada pedra no caminho, enxugam as lágrimas e sorrimos juntos e juntas nas delícias da vida.

A UNIOESTE, que tem sido o meu templo de conhecimentos. Nesse espaço fiz minha graduação em Ciências Sociais, minha pós graduação em Planejamento Municipal e Políticas Públicas e agora meu mestrado em Ciências Ambientais.

Ao Programa de Mestrado em Ciências Ambientais, por possibilitar a pesquisa de forma interdisciplinar, por acolher estudiosos de diferentes áreas, fazendo a interdisciplinaridade acontecer, produzindo além de conhecimento, pessoas aptas a dialogarem com todos os temas da amplitude ambiental.

A professora Francy, minha querida amiga e orientadora, sempre com uma tranquilidade admirável, sempre meiga, respeitosa. Embora todo conhecimento que lhe é característico, ela sabe nos conduzir com humildade e maturidade ao mesmo tempo. Ela entende que ninguém nasce pronto, mas enfatiza que todo ser humano tem algo a contribuir. Meu carinho e minha gratidão, você é uma preciosidade no mundo acadêmico.

Por fim, aos indígenas da etnia Avá Guarani, que ao longo da minha vida tem sido inspiração de como resistir a desapropriação de território, a desagregação ambiental e cultural. Mais de 500 anos passados da data de “Descobrimento” do Brasil e ainda não aprendemos a lição essencial que vocês tem buscado nos ensinar ao longo dos anos, COEXISTIR. Todo meu respeito, minha admiração, minha dedicação, minha militância e minha luta, para que o legado histórico Guarani nunca acabe e que nossas escolas, ensinem muito sobre vocês, sobre os conhecimentos que levaram décadas para chegar até nós, sobre os cuidados com o outro, com a terra, com a natureza, com os animais e com a vida como um todo. Com vocês aprendi que a Terra é mãe, é sustento, é lugar, é berço, não pode apenas ser comercializada. A ética do cuidado é essencial para manter o equilíbrio e a continuidade das espécies sejam elas humana, animal ou vegetal.

Minha gratidão!

## **SOBRE A AUTORA**

Caroline Recalcatti, graduada como Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (2005). Pós graduada em Planejamento Municipal e Políticas Públicas (UNIOESTE 2009), Pós graduada em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar (Faculdade Dom Bosco 2018). Mestranda em Ciências Ambientais, pela UNIOESTE, com área de pesquisa em Dinâmicas Socioambientais e Educativas, delimitando-se a pesquisar e escrever sobre o processo de construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional e a desapropriação dos territórios tradicionais indígenas Avá Guarani.

Atuou por aproximadamente 10 anos como professora na iniciativa privada do município de Toledo. Foi coordenadora pedagógica da Secretária Municipal da Educação/Toledo, na área da Diversidade e Inclusão (2013-2016). Desempenhou mandato de Secretária de Políticas para Mulheres/Toledo (2016). Foi dirigente sindical frente ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, SERTOLEDO. Atualmente é concursada como professora da Educação Básica Municipal/Toledo e também atua como professora no Instituto Dimensão, na pós graduação.

## RESUMO

Este trabalho, trata-se de um estudo sobre o processo de construção da Hidrelétrica Itaipu Binacional e a desapropriação dos territórios tradicionais dos indígenas Avá-guarani. Esses territórios localizavam-se onde hoje é a Itaipu. Com a construção da usina hidrelétrica, os Guarani foram realocados para áreas vizinhas. A pesquisa tem como objetivo compreender os aspectos socioambientais e econômicos, bem como identificar como foram consideradas as variáveis ambientais e sociais no período de implantação e de realocação humana e, posteriormente, quais foram os possíveis cuidados com relação às questões ambientais e com a comunidade indígena. Além disso, verificar as perspectivas futuras de existência tanto da fauna e da flora, quanto dos Avá-guarani. Na pesquisa, constatamos que a terra, é necessidade primordial para o modo de vida indígena e com a construção da Hidrelétrica de Itaipu, tanto a vida humana quanto a vida das espécies animais e vegetais e todas as variáveis ambientais, tem um futuro incerto, comprometidas as perspectivas futuras de existência ou sobrevivência. Portanto a necessidade de políticas, para garantir a permanência histórica, cultural, ambiental e social do que foi comprometido com a construção da Itaipu.

**Palavras-chave:** território; identidade Avá-guarani; meio ambiente; historiografia regional.



## **ABSTRACT**

This work is a study on the construction process of the Itaipu Binacional Hydroelectric Power Plant and the expropriation of the traditional territories of the Avá-Guarani indigenous peoples. These territories were located where today Itaipu is. With the construction of the hydroelectric plant, the Guarani were relocated to neighboring areas. The research aims to understand the socio-environmental and economic aspects, as well as to identify how the environmental and social variables were considered in the period of implementation and human relocation and, subsequently, what were the possible precautions regarding environmental issues and with the indigenous community. In addition, check the future prospects for the existence of both the fauna and flora and the Avá-Guarani. In the research, we found that land is a primordial need for the indigenous way of life and with the construction of the Itaipu Dam, both human life and the life of animal and plant species and all environmental variables have an uncertain future, compromised future prospects for existence or survival. Therefore, the need for policies to guarantee the historical, cultural, environmental and social permanence of what was committed to the construction of Itaipu.

**Keywords:** territory; Avá-Guarani identity; environment; regional historiography.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Oeste Paranaense.....	23
Figura 2 – Caminho do Peabiru.....	25
Figura 3 – Sedes da Obra e Exploração da Mata Nativa.....	28
Figura 4 – Exploração da Erva-mate Pelas Obrages.....	29
Figura 5 – Motoristas da Colonizadora Maripá.....	31
Figura 6 – Trabalhadores Paraguaio.....	34
Figura 7 – O Mito do Pioneirismo.....	35
Figura 8 – Sete Quedas.....	37
Figura 9 – As Sete Quedas Após o Alagamento.....	38
Figura 10 – Canal de Desvio.....	39
Figura 11 – Tratado de Itaipu.....	42
Figura 12 – Iniciando Itaipu.....	42
Figura 13 – O Negócio Ideal.....	44
Figura 14 – Maravilha das Sete Quedas.....	45
Figura 15 – Projeto Itaipu.....	45
Figura 16 – Nascendo o “Sonho” de Itaipu.....	46
Figura 17 – Guarani Existe, Guarani Resiste.....	49
Figura 18 e 19 – Imagens de Satélite da Região Ocoy-Jakutinga.....	56
Figura 20 – O jeito Guarani de Existir.....	61
Figura 21 – As Práticas de Vivência na Casa de Reza.....	62
Figura 22 – Crianças Guarani Ocoy.....	77
Figura 23 – Roçados Indígenas e Aldeias em Ocoy-Jakutinga.....	80
Figura 24 – Mapa Elaborado por Itaipu.....	81
Figura 25 e 26 – Desapropriação de territórios Indígenas.....	86
Figura 27 – E Agora Itaipu.....	87
Figura 28 – Memórias.....	89

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Respectivas Áreas dos Municípios Afetados Pela Construção de Itaipu.....	40
Tabela 2 – Propriedades Desapropriadas Para Construção da Itaipu.....	41

## SUMÁRIO

12

23

1.1 Ocupação do Espaço.....	23
1.2 O Modelo Colonizador.....	27

37

2.1 Adeus As Sete Quedas.....	37
2.2 Itaipu e a Desapropriação dos Territórios Tradicionais.....	42

59

3.1 A Questão Indígena à Luz da Antropologia.....	58
3.2 A Legalidade do Território Indígena.....	60
3.3 O Indígena Guarani.....	67

### **4. ITAIPU BINACIONAL: A DESAPROPRIAÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS E OS IMPACTOS AMBIENTAIS.....82**

4.1 Itaipu Revolucionária ou Exploratória.....	82
4.2 Hidrelétrica de Itaipu e a Vida Avá-Guarani.....	85

100



## INTRODUÇÃO

A pesquisa analisou o território tradicional indígena, que corresponde ao lado brasileiro, à partir do processo de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, que ocorreu entre os anos de 1964-1985 no Oeste do Paraná. Para tanto foi necessário a construção histórica e social do território tradicional, a apresentação de um histórico de colonização no Oeste do Paraná, com a finalidade de compreendermos a lógica dominante da ocupação do espaço, lógica essa entendida e aceita por muitos como a única forma de ocupar um lugar. O mito do pioneirismo, com ideais desbravadores, a visão do herói.

Contudo, é necessária a compreensão da transformação do espaço, do meio ambiente, da mobilidade humana, movimento esse necessário para que surja os monumentos históricos, marcos da colonização. E por vezes, pouco ou quase nada é relatado em documentos oficiais, ou mesmo ocupa o imaginário das pessoas, o que existia antes de tantas cidades erguidas, que custo, ou que prejuízos sofreram a fauna, a flora, a própria espécie humana, para que a colonização ocorresse.

Nesta tese, o grande propósito é através da pesquisa desenvolvida, compreender as possíveis representações e leituras que a construção do monumento Itaipu pode proporcionar. Entendendo se os sujeitos envolvidos diretamente com a construção da obra, interessavam. Se a constituição da Hidrelétrica, cuja imagem transmitida, na maioria das vezes positiva, desconsiderando a devastação ambiental ocorrida e a desapropriação dos territórios. Para isso, foi necessário elucidar como era a vida, o hábitat, a relação com a natureza dos indígenas Avá-Guarani, que ocupavam o território, onde hoje é a Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional. Com o propósito de verificar para onde foram, o que fazem e como vivem na atualidade esses indígenas, se houve violações de direitos sofridos pela etnia em razão da construção da Usina Hidrelétrica, assim como impactos sociais e ambientais na região.

Dessa forma, entende-se que esse trabalho configura-se num estudo ambiental, social e histórico acerca do processo de colonização do Oeste paranaense, da construção da Hidrelétrica de Itaipu e da presença indígena, buscando retratar os Avá-Guarani enquanto sujeitos históricos e sociais, no movimento migratório de ocupação e colonização da fronteira Oeste do estado do Paraná ao longo de um processo que ficou historicamente conhecido como *“Marcha para o Oeste”*, slogan

*político que Cassiano Ricardo consagrou em “Marcha para o Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil” (2 vols. 1940).* É de importância ressaltar que o Projeto em questão, nascido no governo de ditadura militar, ocultou a história dos Avá-Guarani que ocupavam o território onde hoje é Itaipu.

É válido ressaltar que a colonização da fronteira Oeste do Paraná, onde está situada Itaipu, foi parte de uma ação política de ocupação das terras. De acordo com Gregory (2002), a ocupação da fronteira foi um processo engendrado politicamente e efetivado com a introdução de nichos populacionais de origem europeia e brasileira que foram avançando e ocupando os territórios nativos através da Macha para o Oeste num plano nacional de colonização desenhado e promovido entre 1937 e 1938 pelo governo do então presidente Getúlio Vargas. Dito de outra forma, a constituição do espaço fronteiriço foi resultado de um projeto político de migração no qual o colono branco era a peça principal.

Reconhecendo este marco operacional de ocupação da fronteira e partindo dele como eixo de sustentação da análise, busca-se, neste estudo, recortar especificamente o processo de colonização moderna do Paraná visto pelo prisma das ocupações que se fizeram em detrimento a expropriação dos povos originários e dos recursos ambientais. Partindo deste parâmetro, este estudo recorta temporalmente o período correspondente a construção de Itaipu e se circunscreve espacialmente as cidades do Oeste do Paraná, para onde foram deslocados os Avá-Guarani. Buscando assim, verificar na historiografia oficial de que modo os indígenas são apresentados.

Para construção desse estudo, as fontes analisadas para tal consistiram na bibliografia e em documentos oficiais, históricos, dissertações e teses que permitam entrever as bases de construção das identidades da cultura local em relação à definição de padrões políticos, culturais, sociais e ambientais, que são referenciados.

Ao final dos anos 1930, com vistas a uma ocupação efetivamente agrária do interior brasileiro, o Estado Novo lançou uma campanha que ficou conhecida como “Marcha para o Oeste”. Este fenômeno histórico motivou muitas pesquisas de historiadores, cientistas sociais e geógrafos, contudo, considera-se dentre todas elas, uma em especial e que merece um olhar mais detido e crítico: a presença indígena enquanto agentes sociais, pois historicamente são sujeitos ausentes e invisíveis nas narrativas da colonização.

Para apurar estas questões, o presente estudo constituiu-se num trabalho de revisão bibliográfica e documental cruzando o tema colonização, ocupação de

fronteira, construção da Hidrelétrica de Itaipu, desapropriação de territórios indígenas e áreas de conservação ambiental, em teses, pesquisas e documentos que tratam do processo de ocupação da região Oeste do Paraná. Neste sentido, o ordenamento da pesquisa procurou estabelecer um caminho que segue da investigação do geral para o particular, analisando criticamente a bibliografia referente à história local para desnudar aspectos da colonização e amparando-se nos dados levantados com esse processo analítico, analisando as fontes históricas específicas que permitiram um olhar mais detido sobre o tema em estudo. Sob essa ótica, a pesquisa que aqui se descortina tem viés qualitativo na medida em que se reporta ao levantamento e ao tratamento de fontes diversas acerca da colonização e a construção da Hidrelétrica Itaipu Binacional, em detrimento aos territórios indígenas.

Salienta-se que o estudo em questão buscou pensar o território indígena à partir do processo de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que ocorreu entre os anos de 1964-1985 no Oeste do Paraná, buscando identificar estudos e leis que demonstraram processos pelos quais ocorreram essa construção, interpretando se o Projeto Itaipu violou os direitos do povo indígena que vivia e vive na região da Usina. Analisando se a expansão da fronteira agrícola e a desapropriação dos territórios, reconheceu se houve êxodo ou extermínio da população indígena e avaliando os impactos ambientais e sociais, na região Oeste do Paraná com a desapropriação territorial.

Sabe-se que a colonização da fronteira Oeste do Paraná foi parte de uma ação política de ocupação das terras. De acordo com Gregory (2002), a ocupação da fronteira foi um processo engendrado politicamente e efetivado com a introdução de nichos populacionais de origem europeia e brasileira que foram avançando e ocupando o território através da Macha para o Oeste num plano nacional de colonização desenhado e promovido entre 1937 e 1938 pelo governo de Getúlio Vargas. Dito de outra forma, a constituição do espaço fronteiro foi resultado de um projeto político de migração no qual o colono branco era a peça principal.

As fontes analisadas para tal estudo consistiram na bibliografia e em documentos históricos que permitiram entrever as bases de construção das identidades da cultura local em relação à definição de padrões políticos, culturais, sociais, ambientais e morais e como estes padrões fazem referência aos indígenas e além disso, como este fenômeno histórico tem motivado outras pesquisas. Contudo, considera-se que em todas elas, um aspecto ainda merece um olhar mais detido e



crítico, a ação humana que expurga comunidades previamente estabelecidas e em nome do progresso, destroem seja a natureza, seja seres humanos.

A criação de uma narrativa sobre o processo humano de ocupação de uma região tem várias formas e diferentes motivações. No caso da região Oeste do Paraná, cumpre ressaltar a prevalência de grupos étnicos advindos principalmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina como agentes de transformação de um espaço, neste caso, do espaço fronteiriço, cuja identidade precisava ser reinventada em face da crescente presença de argentinos e paraguaios. Como notou Schallenger:

A fronteira pode ser concebida como uma construção histórica cuja referência remete ao lugar de encontros, ao espaço da construção de identidades, ao universo das representações e das tensões derivadas de diferentes mundos culturais e, entre outros, ao horizonte do imaginário dos diferentes sujeitos sociais Schallenger (2011, p. 37):

Assim, há uma árdua tarefa que é compreender se as estratégias de ocupação são definidas ideologicamente na identidade, que se expande para além das fronteiras geográficas, formando uma fronteira social e étnica. Nesse aspecto, é de interesse desse estudo, entender se os indígenas foram ou não, selecionados para compor o quadro populacional da região.

Buscou-se verificar se o princípio étnico, neste caso, não visava tão somente a conservação de uma tradição cultural marcada pela identidade étnica, injetando na colonização geográfica uma colonização educacional, voltada para os valores do capitalismo, que acabaram por definir conceitualmente a ocupação da região Oeste do Paraná.

O processo contínuo de realocação da população dentro do espaço físico do território nacional foi e ainda é um dos principais condicionantes da dinâmica demográfica brasileira. Este fato parece se tornar evidente, quando o movimento migratório se apresentou estreitamente vinculado a processos de cunho econômico, neste caso, a garantia da posse da terra de fronteira.

A visão romântica da colonização apresentada em histórias oficiais, demonstra-se contraditória em relação a outros sujeitos, os quais desenham um cenário selvagem, inóspito, esquecido e que, por vezes, recebe contornos de civilização. O sujeito, colonizador, é a imagem de um homem trabalhador, discreto, que lutou e

morreu em prol de objetivos comuns, marcados pelo anonimato de sua vida, consolidando com isso, o progresso e o desenvolvimento de toda uma geração.

Sob essa perspectiva, o pioneirismo se torna uma marca de análise que remete ao futuro e ao progresso, portanto, sendo elemento fundamental de toda estrutura política, econômica, social e cultural do Oeste paranaense.

Segundo Schallenberger e Cologne (1993), o processo de colonização na região Oeste do Paraná insere-se nos moldes de desenvolvimento nacional e no processo de transnacionalização do capital, cujos contingentes populacionais desempenharam as mesmas funções que em outras zonas de colonização. Neste espaço, entretanto, os migrantes, em sua maioria de origem alemã e italiana, conservaram a tradição cultural marcada na identidade étnica, cultural e religiosa. O entendimento destes aspectos permite interpretar condições culturais e entender de que forma estas culturas admitem reconstruir, em sua totalidade, o modo como os grupos representam, as relações sociais que os definem enquanto tais”(SCHALLENBERGER; COLOGNESE, 1993, p. 3).

A construção histórica do Oeste paranaense foi fruto de um processo de ocupação geográfica e social que se consolidou à partir de um projeto nacional de ocupação das fronteiras ameaçadas. Esse processo ficou historicamente conhecido como *Marcha para Oeste* que, nos termos de Ricardo (1942), foi um dos eventos políticos mais significativos no sentido de entender a gênese do Estado Brasileiro. É importante ressaltar que tal autor tomava uma posição marcadamente ufanista em relação à Marcha no sentido de concebê-la como um projeto de nação que foi levado a cabo pela ação colonizadora dos bandeirantes entendida como um projeto de salvação do país rumo ao avanço das fronteiras.

Na perspectiva de Ricardo (1942), a Marcha endossava as políticas expansionistas do Estado Novo<sup>1</sup>, à época, um regime político ditatorial que visava, em

---

<sup>1</sup>O Estado Novo é o nome dado ao período no qual Getúlio Vargas governou o Brasil, correspondente aos anos de 1937 a 1945. Trata-se de um período marcado, no campo político, pela instalação de um governo ditatorial. Segundo o preâmbulo da Constituição de 1937, o Estado Novo foi instalado para atender "*às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem resultantes da crescente agravamento dos dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e do extremamento de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, a resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil*". (Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pe.html>> Acesso em 02, Mai, 2016).

essência, efetivar a ocupação dos territórios a oeste. Os *tempos heroicos*, apontado por Wachowicz, remete-se ao espírito do bandeirante. Toda a epopeia do bandeirantismo, presente nos primeiros séculos da nacionalidade, traria inspiração e um novo sentido de fronteira. Para Cassiano Ricardo:

A Marcha para o Oeste – são trilhos, digamos assim, abertos pela bandeira e que nos levarão sempre para o sentido de brasilidade que ela nos impôs. Estão vivas, em nós, as qualidades ancestrais da imaginação, da ambição, do espírito de iniciativa e da mobilidade social (...) e o mais curioso é que a pequena propriedade parece acompanhar o espírito bandeirante (RICARDO, 1942, p. 273).

Para tanto, é importante a compreensão de como se deu o início do processo moderno de colonização do Oeste do Paraná, recortando temporalmente os anos de 1964 até 1985, sob o pano de fundo do projeto político de desenvolvimento da “Marcha para o Oeste” e à partir das especificidades que marcam o processo de colonização do Sul do Brasil, entre esses projetos, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional .

Há significativos estudos nacionais acerca do movimento político de ocupação das terras da fronteira Oeste. Entre os estudos pioneiros destacam-se os de Cassiano Ricardo (1942) e Kalervo Oberg (1960), cuja abordagem, embora não isenta de conteúdo crítico, apresenta o processo com um olhar ainda distante da crítica acerca das questões socioeconômicas que marcam a marcha e os atos advindos dela, como ação política.

Neste primeiro momento, os interesses analíticos se circunscrevem muito mais à constituição geográfica da fronteira oeste e o papel dos agentes desse processo, cuja atuação dos indígenas que ocupavam o território no qual a Itaipu edificou-se, limita-se a mera ilustração de personagem coadjuvante do processo de colonização.

Uma segunda geração de estudos começa a tomar corpo no início da década de 1980, quando a historiografia oficial inicia uma abordagem do processo de formação e consolidação de alguns municípios do Oeste como resultado da saga iniciada com a Marcha e de alguns sujeitos e instituições dentro desse processo. Destacam-se entre estes estudos, os trabalhos de Dolair Augusto Callai (1983), cuja abordagem procura repensar o olhar romântico cristalizado em torno da figura do pioneiro-herói, o de Ruy Wachowicz (1987) que chama a atenção para a situação de conflito, acenando para uma visão mais crítica da colonização da fronteira Oeste do

Paraná. Ainda nesta mesma geração de estudiosos, surgem os trabalhos de pesquisa de Ivo Emer (1991), Alceu Esperança (1992) e Ondy Niederauer (1992).

Mais recentemente, destacam-se os estudos de Liliana da Costa Freitag (2001), Valdir Gregory (2002), Sílvio Colognese (2008) e Erneldo Schallenberger (2011). Desta geração, cumpre destacar um olhar notadamente mais apurado e crítico em relação à pesquisa social e historiográfica e à análise de fontes, fruto, em grande parte, da publicação de pesquisas acadêmicas vinculadas a instituições de ensino superior.

Em linhas gerais, estas gerações vieram ampliando significativamente o olhar crítico acerca da colonização do Oeste paranaense, mas como procurar-se-á demonstrar ao longo desse estudo, há que se buscar a visibilidade das comunidades indígenas nesse estudo. Para Bourdieu:

As ideologias são sempre duplamente determinadas, elas devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das facções de classe que elas exprimem, mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e a lógica específica do campo de produção (BOURDIEU, 1989, p.13).

Os estudos recentes, têm demonstrado fundamental interesse nas pesquisas atinentes às identidades como um todo, neste sentido, a presente pesquisa se justifica na necessidade de fomentarmos os debates identitários acerca das comunidades indígenas de nossa região, bem como na capacidade que este estudo possui de atualizar e ampliar o arcabouço teórico disponível acerca das comunidades tradicionais, bem como apresentar um novo olhar sociológico acerca do tema em questão:

Os povos indígenas, ao longo dos 500 anos de colonização, foram obrigados, por força da repressão física e cultural, a reprimir e a negar suas culturas e identidades como forma de sobrevivência diante da sociedade colonial que lhes negava qualquer direito e possibilidade de vida própria. (BANIWA, 2006, p. 41)

Para verificar estas questões, o presente estudo constituiu-se num trabalho de revisão bibliográfica cruzando o tema da construção da Hidrelétrica De Itaipu Binacional e território indígenas em bibliografias, teses, pesquisas e documentos que tratam do assunto, bem como uma análise de como os Avá-Guarani, enquanto agentes sociais, são historicamente desapropriados de seus territórios tradicionais e

quais os possíveis impactos para essa comunidade e de que forma no processo de colonização os povos indígenas ordenaram diferentes estratégias de resistência/sobrevivência, como também continuaram a se relacionarem com a natureza. Buscando demonstrar se a ocupação colonial deu-se de forma violenta e se resultou em perdas territoriais, prejuízos a fauna e a flora, submissão ou outros problemas.

Neste sentido, o ordenamento da pesquisa procurou estabelecer um caminho que segue da investigação do geral para o particular, analisando criticamente a bibliografia referente à história local, desnudando aspectos descritos no material investigado, amparando-se nos dados levantados com esse processo analítico, analisando as fontes de pesquisa específicas que permitiram um olhar mais detido sobre o tema em estudo. Sob essa ótica, a pesquisa que aqui se descortina tem viés qualitativo na medida em que se reporta ao levantamento e ao tratamento de fontes diversas acerca do tema.

Em linhas gerais, a construção da Hidrelétrica de Itaipu, ampliou significativamente o olhar crítico acerca da desapropriação dos territórios tradicionais do oeste paranaense, mas como procurar-se-á demonstrar ao longo desse trabalho, é que não deram visibilidade às comunidades indígenas que foram retiradas do habitat de origem e os impactos que resultariam, perfazendo uma historiografia que as deixou completamente à margem.

Esses ciclos foram resultado de uma forma de ocupação introduzida por empresas colonizadoras que visavam alçar ao colono a condição de transformador potencial da região e único agente populacional deste espaço.

Cumprе ressaltar que a amostragem e a tipificação apresentadas por Oberg (1960) foram levadas a cabo através da ação das Companhias colonizadoras, especificamente, da Maripá, que cedeu os mapas que foram base para a seleção da amostra. Isto nos leva a observar que não houve um rigor censitário na pesquisa e, a desejo do autor, ou não, a informação serviu para enaltecer a organização local através da condição étnica, como era de interesse.

Para Fausto (2011), o estudo da imigração requer análise das condições existentes no local de origem dos imigrantes, acompanhamento das trajetórias familiares e compreensão dos motivos migratórios. Atrelado ao processo migratório

surge a necessidade de estudar o processo colonizador. De acordo com Ribeiro (1995), o processo de formação nacional brasileiro é marcado por um processo migratório atrelado a um processo de organização e de desenvolvimento humano em que a exploração do trabalho humano é fator invariavelmente presente:

O povo-nação não surge no Brasil da evolução de formas anteriores de sociabilidade, em que grupos humanos se estruturam em classes opostas, mas se conjugam para atender às suas necessidades de sobrevivência e progresso. Surge, isto sim, da concentração de uma força de trabalho escrava, recrutada para servir a propósitos mercantis alheios a ela, através de processos tão violentos de ordenação e repressão que constituíram, de fato, um continuado genocídio e um etnocídio implacável (RIBEIRO, 1995, p. 23).

Por fim, o olhar que se busca construir a partir desta pesquisa documental, de cunho interpretativo qualitativo, pretende-se afirmar como elemento para uma nova visão acerca da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (1964 -1985), analisando para além da utilidade da Usina, mas sim o prejuízo as comunidades tradicionais Avá-Guarani que hora habitavam aquele espaço. Em especial, é importante ressaltar que a análise das fontes aqui condutoras pretende, também, lançar um novo olhar para o progresso que não considera a diversidade étnica, ambiental e os problemas ambientais e sociais.

O desafio ainda premente é o de analisar o processo de construção de Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, por um novo ângulo, neste caso, pelo olhar e perspectiva das comunidades indígenas que foram desapropriadas do seu território tradicional. Esse propósito requer uma definição do papel social dos indígenas no Oeste do Paraná, do processo de colonização, identificando a cultura relacionada com a vida dos indígenas Avá-Guarani. No tocante a este aspecto, desvela-se a questão central que perpassa este estudo: perceber estas marcas ou a anulação discursiva delas nos materiais levantados para análise.

De saída, é mister ressaltar que em poucos textos acadêmicos, historiográficos, documentos, discursos oficiais, encontra-se a presença da voz indígena como elemento constitutivo da história oficial da Região Oeste, de modo que a percepção dos indígenas enquanto sujeitos sociais da e na historiografia é mote de uma análise crítica que requer, de primeiro momento, um olhar acerca do que já se encontra produzido.

Essa análise constituiu o foco analítico deste estudo, para o qual será considerado os pontos levantados até aqui e as questões analíticas que prescindem deles. Tal situação apontou para duas vertentes de análise: a primeira delas consiste em levantar e tratar este material, procurando perceber dentre o que já foi produzido quais aspectos estão mais fortemente elucidados e que questões são passíveis de levantamento a partir disso. A segunda vertente analítica consiste na produção de novos dados de pesquisa. Sem prescindir da importância deste segundo esforço de pesquisa, este estudo, neste momento, focará os materiais já levantados, tratando-os como fontes que merecem um olhar mais atento pelo grau de importância que revelam acerca da reconstrução desse processo histórico e social de ocupação do território.

O processo contínuo de realocação da população dentro do espaço físico do território nacional foi e ainda é um dos principais condicionantes da dinâmica demográfica brasileira. No caso Itaipu, por exemplo, este fato se tornou evidente à partir de 1965, quando o movimento de retirada das comunidades indígenas do espaço de origem se apresentou estreitamente vinculado a processos de cunho econômico, neste caso, a garantia da posse da terra de fronteira estava desde então ameaçada, uma vez que para construção da Hidrelétrica a desapropriação do território, das condições biológicas e materiais de sobrevivência estavam ameaçadas. Não há como retirar comunidades consolidadas, sem impacto humano, assim como não há como ocupar o território sem impactos ambientais.

Há intenção neste trabalho, de mostrar que ao longo da ocupação das terras, durante a construção da Hidrelétrica de Itaipu, os Avá-Guarani, instalaram-se em vastas áreas de colonização no Oeste do Paraná, vislumbrando na posse da terra a garantia da subsistência e da reprodução familiar. A ideia que se propagava, então, era a de que a posse da terra representava a base material que cada “chefe familiar” teria para garantir a constituição de uma unidade familiar, ou como acentua Gregory (2002), para pertencer a uma comunidade e nela ser um produtor de alimentos, condição de reprodução da unidade camponesa.

Para que se cumpra o que é proposta desse trabalho, o estudo iniciou com um capítulo que descreveu o histórico de ocupação do Oeste do Paraná, ressaltando o projeto que ficou conhecido como “Marcha Para Oeste”.

Como proposta do capítulo II, analisar o projeto de construção da Itaipu, considerando para além dos benefícios energéticos, os possíveis impactos ambientais e humanos para as comunidades tradicionais que ocupavam a terra, o

lugar onde hoje é Itaipu.

O capítulo III resgatou a presença indígena da etnia Avá-Guarani no Oeste do Paraná, como foram considerados ou desconsiderados no processo avassalador de colonização, que se instaurou com o projeto da Marcha Para O Oeste.

No capítulo IV retratou-se as condições de sobrevivência das famílias Avá-Guarani, pós instalação da Itaipu. Perfazendo o histórico do processo de expulsão dos guaranis de seus territórios e as condições de sobrevivência, bem como a relação com a natureza.



# CAPÍTULO 1

## O OESTE PARANAENSE: UM FRUTO DA “MARCHA PARA OESTE”

### 1.1 Ocupação do Espaço

A construção histórica do Oeste paranaense foi fruto de um processo de ocupação geográfica e social que se consolidou à partir de um projeto nacional de ocupação das fronteiras ameaçadas. Esse processo ficou historicamente conhecido como *Marcha para Oeste* que, nos termos de Ricardo (1942), foi um dos eventos políticos mais significativos no sentido de entender a gênese do Estado Brasileiro. É importante ressaltar que tal autor tomava uma posição marcadamente ufanista em relação à Marcha no sentido de concebê-la como um projeto de nação que foi levado a cabo pela ação colonizadora dos bandeirantes entendida como um projeto de salvação do país rumo ao avanço das fronteiras.

FIGURA 1: Oeste Paranaense



FONTE: IPARDES (2012)

Na perspectiva de Ricardo (1942), a Marcha endossava as políticas expansionistas do Estado Novo<sup>2</sup>, à época, um regime político ditatorial que visava, em

---

<sup>2</sup>O Estado Novo é o nome dado ao período no qual Getúlio Vargas governou o Brasil, correspondente aos anos de 1937 a 1945. Trata-se de um período marcado, no campo político, pela instalação de um governo ditatorial. Segundo o preâmbulo da *Constituição de 1937*, o Estado Novo foi instalado para atender "*às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e do extremamento de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, a resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil*". (Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pe.html>> Acesso em 02, Mai, 2016).

essência, efetivar a ocupação dos territórios a oeste. Os *tempos heroicos*, apontado por Wachowicz, remete-se ao espírito do bandeirante. Toda a epopeia do bandeirantismo, presente nos primeiros séculos da nacionalidade, traria inspiração e um novo sentido de fronteira.

Na perspectiva de Gregory (2002), a Marcha Para Oeste constituía um projeto de ocupação geográfica e de transformação cultural:

Constituiu-se como um espaço social e cultural decorrente das ações e das políticas relacionadas com o projeto nacional brasileiro de manutenção das fronteiras e de integração territorial cujas ideias de permissão, de direcionamento e de controle devem ser tomadas em consideração. Tal projeto recebeu o nome de Marcha Para O Oeste (GREGORY, 2002, p.15).

A Marcha visava, assim, delimitar espaços geográficos e também culturais. No caso da fronteira Oeste do estado do Paraná, o espaço geográfico é compreendido pelos seguintes limites: “o município de Foz ao Oeste, o rio Paraná, e ao Leste com o município de Foz do Iguaçu quando foi criado, em 1918, ao Norte, o rio Piquiri, ao Sul, o rio Iguaçu, ao Oeste, o rio Paraná, e ao Leste com o município de Guarapuava.” (NIEDERAUER, 1992, p. 01).

A delimitação de espaços, entretanto, era mais que uma simples definição de fronteiras geográficas; era, antes, a manutenção de uma identidade nacional:

Para os intelectuais absorvidos pela ideologia da *Marcha Para o Oeste*, o litoral brasileiro já estava demograficamente ocupando e continuava a ser uma espécie de antítese dos sertões desabitados do oeste. Exigia-se para ocupá-lo, a realização de uma nova marcha em profundidade. Indagava-se dos meios de transporte a serem realizados para esse fim: ferrovias ou hidrovias. Indagava-se do elemento humano mais conveniente que seria estimulado a ocupar os sertões férteis do oeste. Mas, para impulsionar um movimento de tanta envergadura, precisavam encontrar uma força coletiva na nacionalidade, que fosse capaz de movimentar milhares de pessoas com o mesmo objetivo. Era preciso encontrar, no sub-consciente do povo brasileiro, *um fermento instintivo dos tempos heróicos*. (WACHOWICZ, 1982, p. 142).

A região Oeste paranaense, visada pelo movimento da Marcha, entendia o território, conforme observa Oberg (1960), como um espaço desabitado que necessitava da presença do homem branco trabalhador. Os referenciais a este tipo de comentário se embasavam no argumento geograficamente notório da vasta região

de selva e dos poucos povoadamentos autóctones que havia no local. Uma parte significativa destes povos integrava a comunidade dos Guaranis e outra parcela, a dos Tupis. Além destes:

Os Carijós também perambulavam pela região, mas em menor número. Existiam mais alguns pequenos ramos indígenas. Os descobridores europeus, pensando que tinham aportado na costa oriental da Índia, os apelidaram de índios, ou até de *gentios*. Não os classificavam como *gente* porque não professavam a religião dos descobridores, e quem não a professasse não era gente, era apenas meio parecido, era um *gentio*. Apesar de cada tribo ter sua região mais ou menos demarcada, faziam, também viagens. A mais surpreendente prova disso foi o **Peaberu**, ou **Caminho de São Tomé**. (NIEDERAUER, 1992, p. 2 Grifos do Autor).

Em face da grande quantidade de mata virgem e da ausência de estradas oficiais, alguns caminhos ganharam notoriedade e se tornaram pontos referenciais no processo de colonização, permitindo avançar no território e começar a constituição de núcleos populacionais. Entre estes caminhos, o de Peaberu se tornou o grande referencial de ocupação na região Oeste do Paraná antes do avanço colonial. Por meio deste caminho, efetiva-se a comunicação, as viagens e o escoamento de riquezas desde o Rio Grande do Sul até São Paulo. De acordo com Niederauer (1992), durante o século XVI, inúmeras expedições percorriam este trecho em detrimento do reconhecimento do espaço, dentre elas, uma de especial importância para a ocupação regional, a de Cabeza de Vaca, em 1541 conforme ressalta Oberg (1960).

FIGURA 2: Caminho Do Peabiru



FONTE: <https://saibahistoria.blogspot.com/2019/06/o-caminho-do-peabiru.html>

As descrições geográficas e importância da atividade colonial ganham importância relevada na obra de Oberg (1960) quando a descrição do espaço como sertão inóspito e desabitado se reveste da ação transformadora do colono como elemento civilizatório. Este autor se refere ao Oeste e, mais precisamente à região de fronteira como espaço produzido pela mão do colono europeu. Dito de outra forma, a evolução econômica foi associada ao conceito de raça, tal como empregado por Oscar Silva (1988), como fator determinante para o progresso e desenvolvimento. A região Oeste, de acordo com esta abordagem, passou por ciclos econômicos específicos que determinaram seu desenvolvimento, a saber, os ciclos *da erva-mate, da madeira, das terras agrícolas, do café, da suinocultura e do trigo e soja*.

Esses ciclos foram resultado de uma forma de ocupação introduzida por empresas colonizadoras que visavam alçar ao colono a condição de transformador potencial da região e único agente populacional deste espaço. Segundo Oberg (1960, p. 47), em 1956, 99% da população era branca, descendente de alemães e italianos. O restante, 1% da população, em sua pesquisa quantitativa são mulatos, ainda havia *“um pequeno número de trabalhadores itinerantes paraguaios, alguns mestiços de branco e índio”*.<sup>3</sup> Seus levantamentos estatísticos para a época baseavam-se numa população estimada em 9.945 habitantes e o trabalho de campo foi realizado ao longo de três meses por apenas três pesquisadores.

Cumprido ressaltar que a amostragem e a tipificação apresentadas por Oberg (1960) foram levadas a cabo através da ação das Companhias colonizadoras, especificamente, da Maripá, que cedeu os mapas que foram base para a seleção da amostra. Isto nos leva a observar que não houve um rigor censitário na pesquisa e, a desejo do autor, ou não, a informação serviu para enaltecer a organização local através da condição étnica, como era de interesse.

As companhias colonizadoras se depararam com a forte presença de espanhóis e de indígenas “pacificados” pelos jesuítas. De acordo com Niederauer (1992, p. 05), no ano de 1588, *“espanhóis e jesuítas, já haviam fundado mais de 50 núcleos indígenas, entre os rios Iguaçu, Paranapanema, Paraná e Tibagi”*. Estes indígenas pacificados e convertidos ao catolicismo que se configuravam como base

---

<sup>3</sup>Os dados levantados por Oberg (1960), por não serem constituídos de absoluto rigor censitário, devem ser utilizados com reserva e cautela, no entanto, fornecem um panorama interessante acerca da visão do espaço do Oeste paranaense durante o período em questão.

fundamental para ímpeto desbravador das bandeiras paulistas em direção ao rio Paraná. Após um período de ostracismo colonial, que coincidiu com a retirada dos espanhóis e dos jesuítas da região Oeste do Paraná, houve um crescente trabalho de cultivo de erva-mate que despertou a atenção e o interesse de empresas colonizadoras.

## 1.2 O Modelo do Colonizador

A cultura da erva-mate fomentou o maior eixo colonial do Oeste paranaense, tanto que em torno destas culturas, além dos aglomerados populacionais que serviam de mão de obra para o cultivo, havia, também, a presença forte e dominadora de empresas que trabalhavam na extração de erva-mate e possuíam uma sede administrativa, conhecida como Obrage:

Obrage, palavra de origem espanhola, que designava o local onde se trabalha. Os paraguaios apareciam na Obrage em busca de trabalho. Já os argentinos eram contratados em posadas, e levados até a Obrage nos navios de linha regular que também transportavam erva-mate. Quando contratados, os mensus, era assim, que designavam os trabalhadores, recebiam um bom antecipo (adiantamento salarial), que deveriam pagar mais tarde, com o próprio trabalho. Os mensus recém contratados, ao chegarem na Obrage, nem sempre eram logo levados ao local de trabalho no mato. Enquanto aguardavam, ficavam a divertir-se com alguma de muitas modalidades de jogos ou bebidas que a empresa proporcionava. Quando finalmente eram levados ao trabalho, já não tinham mais dinheiro algum. Depois disso, mesmo com o mais árduo trabalho, nunca mais conseguiam pagar a dívida (NIEDERAUER, 1992, p.11).

A **obrage** diferenciava-se por ser uma propriedade e/ou exploração típica das regiões cobertas pela mata subtropical, em território argentino e paraguaio. Sua essência baseava-se na coleta intensiva e predatória do binômio mate-madeira. Esse sistema, à partir do século XIX, ultrapassou os limites desses países e adentrou no extremo-oeste paranaense, na época praticamente habitado pelas comunidades tradicionais indígenas. No Oeste do Paraná, as Obrages estabelecidas exerceriam suas atividades até a década de 1920, quando a passagem da Coluna Prestes e a Revolução de 1930 determinam sua total desarticulação.

A **Revolução de 1930**, que colocou no poder o gaúcho Getúlio Vargas, foi de extrema relevância para a extinção do sistema de Obrages no Oeste paranaense. A

política abraçada por Vargas para uma ocupação mais efetiva do interior brasileiro, versada como *Marcha para o Oeste*, provocou a nacionalização dessas regiões e o início de sua lenta integração com o restante da vida brasileira. O sistema de *obrages* estava com os seus dias contados.

FIGURA 3: Sedes da Obraje e Exploração da Mata Nativa



FONTE: <http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/detalhe.php?imagem=20130123151945.jpg> (acessado em 04/05/21)

Outra visão a ser destacada, é aquela apresentada por Wachowicz (1982), na qual a Obraje revela toda uma forma de ocupação e organização do território. Nas palavras do autor:

A Obraje era uma propriedade e/ou exploração típica das regiões cobertas pela mata subtropical, em território argentino e paraguaio. Sua existência baseava-se no binômio: mate-madeira. O sistema, assim como apareceu na região em estudo, era praticamente desconhecido no Sul do Brasil. Sua estrutura e terminologia é típica do mundo hispano platino: obragero, mensu, antecipo, comissionista, limite, picaras, etc. Toda essa terminologia era praticamente e desconhecida até então, para a História do Paraná (WACHOWICZ, 1982, p.11).



As Obrages facilitavam o agenciamento da cultura do mate, a ocupação das terras para limpeza e produção agrícola, sendo o grande fomento colonial, efetivamente levado a cabo pela mão das empresas colonizadoras. Estas empresas, numa espécie de ação terceirizada pelo estado, desenharam e concretizaram todo o processo de colonização do Oeste do Paraná.

FIGURA 4: Exploração da Erva-mate pelas 'Obrages'



FONTE: <https://enfoquebusiness.com.br/honorio-fornazzari-um-pioneiro-de-tangara-da-serra-que-ajudou-a-desbravar-e-fundar-o-oeste-do-parana/> (acessado em 20/02/21)

Este modelo de colonização é resultado, de acordo com Ribeiro (1995), de toda uma forma de agenciamento que marcou o processo colonial de toda a região Sul, impondo muitas vezes condições degradantes a famílias inteiras:

A característica básica do Brasil sulino, em comparação com as outras áreas culturais brasileiras, é sua heterogeneidade cultural. Os modos de existência e de participação na vida nacional dos seus três componentes principais não só divergem largamente entre si como

também com respeito às outras áreas do País. Tais são os lavradores *matutos* de origem principalmente açoriana, que ocupam a faixa litorânea do Paraná para o Sul; os representantes atuais dos antigos *gaúchos* da zona de campos da fronteira rio-platense e dos bolsões pastoris de Santa Catarina e do Paraná, e, finalmente, a formação *gringo-brasileira* dos descendentes de imigrantes europeus, que formam uma ilha na zona central, avançando sobre as duas outras áreas (RIBEIRO, 1995, p. 408-409).

A questão étnica apontada por Ribeiro (1995) apresenta uma visão menos romântica e mais madura do processo colonial, visão esta que não se cristaliza nos olhares descritivos de Silva (1988) e Niederauer (1992). No entanto, aparece muito forte e amadurecida em Gregory (2002) em Magnanini e Mayor (1977) que retomam o processo de colonização sulino como marco referencial para entender o processo de colonização do Oeste paranaense. Nas palavras de Magnanini e Mayor (1977),

A Região Sul, ao contrário do Nordeste e do Sudeste, esteve muito tempo fora da alçada dos interesses de Portugal em virtude de fatores diversos entre os quais a sua posição geográfica no limite das terras lusitanas no continente americano, posição que a tornava distante das células iniciais da colonização e, portanto, afastada do eixo econômico estabelecido entre o Brasil e a Metrópole. Processou-se o desenvolvimento do Brasil Nordeste e oriental com base na indústria açucareira e na mineração, mas o Sul, embora em parte já desbravado, chegou ao século XX parcamente povoado. (MAGNANINI; MAYOR, 1977, p. 145).

A colonização tardia do estado do Paraná é fruto de um processo de continuidade da colonização sulina que tomou novo fôlego em virtude das fronteiras ameaçadas pela colonização espanhola. Este tipo de colonização foi de interesse federal e estadual, mas a maioria dos casos foi conduzida por empresas colonizadoras que loteavam as terras de mata densa e as ofertavam para serem vendidas como promessa de realização econômica. Este foi, especificamente, o caso de povoação do Oeste paranaense que tomou força pela ação de empresas madeireiras e colonizadoras como a *Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A – Maripá*.

Os mentores da Maripá, tinham como objetivo explorar as riquezas naturais, tais como a erva-mate, a madeira, e todas as demais espécies que de alguma forma poderia gerar lucro. As áreas exploradas por essa colonizadora, eram adquiridas do governo da União. No entanto, sucessivos acontecimentos acabaram por limitar a atuação dessa Companhia no Oeste paranaense, entre eles, a passagem da Coluna Prestes em 1924, através de uma política nacionalista engenhada pelo presidente



Getúlio Vargas, sendo a maior influência para o declínio de sua atuação e como consequência a necessidade de dissolução.

Um aspecto de grande valor para compreender o predomínio da MARIPÁ no campo da colonização, alude-se ao momento de sua chegada à fronteira agrícola. Ou melhor, a aquisição das terras ao Oeste do Paraná foi efetuada ainda quando estas estavam sob propriedade de um único agente (Companhia de Maderas del Alto Paraná). Desse modo, a Companhia tornou-se inteira proprietária de sua área, conseguindo abolir as disputas legais e os conflitos sociais, muito frequentes em outras regiões do Paraná, na região Sudoeste, por exemplo. Esse aspecto quase não aparece na documentação da empresa, resguardado nos casos em que os dirigentes buscavam avisar possíveis compradores da existência de uma área colonizável diferente do restante do país, onde as estruturas agrárias seriam sempre sinônimas de alto grau de concentração fundiária e de inesgotáveis controvérsias sobre a posse e propriedade da terra.

FIGURA 5: Motoristas da Colonizadora Maripá - 1950



FONTE: <https://enfoquebusiness.com.br/honorio-fornazzari-um-pioneiro-de-tangara-da-serra-que-ajudou-a-desbravar-e-fundar-o-oeste-do-parana/> (acessado em 20/02/21)

Sob este foco, a Marcha para Oeste mudou a região tanto no que se refere à ocupação e transformação do espaço geográfico quanto no que se reporta ao

contingente populacional e a devastação ambiental, para onde se volta o foco desta análise. De acordo com os referenciais adotados para esta pesquisa, o colono é uma espécie de efígie da transformação. Para alguns autores que adotam uma perspectiva mais romantizada em torno da visão pioneira, o colono seria o supremo agente de transformação que teria dado à região o epíteto de *terra boa* e de *gente afeita ao trabalho*, sobressaem-se aqui os trabalhos de Silva (1988), Oberg (1960) e Niederauer (1992).

Para outros, o colono desempenhou um papel importante, mas é preciso que este papel seja balizado em detrimento das questões políticas que permearam todo o processo. Destacam-se aqui os trabalhos de Gregory (2002) e Wachowicz (1982) cuja argumentação sobre o Oeste do Paraná permite perceber o propósito da ação colonizadora:

Uma das características mais marcantes dessa colonização é a dicotomia: italiano – alemão e católico – protestante. A procedência étnica e religiosa dos acionistas da Maripá condicionou esse processo. (...) essa prática étnico – cultural – religiosa aplicada pela Maripá, foi arquitetada por Willy Barth. Ele alterou a política inicial seguida por Ruaro e que se reflete na composição étnica e religiosa apresentada até hoje por Toledo. (WACHOWICZ, 1982 p. 177).

Esse propósito é elucidado por Gregory (2002) ao apontar que o Oeste paranaense se projetava como uma reprodução da formação de modelos de cidades e propriedades rurais formadas no Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que se amparavam na forma de organização da Europa, desde a estruturação urbana até a hierarquia social da família e os modos de relacionamento destas famílias entre si. Traçava-se com isso o fio condutor de uma colonização gloriosa calcada no homem branco. Esse modelo de colonização que tomou toda a região Oeste do Paraná foi uma ação planejada e direcionada pelos grupos colonizadores em que *“evidencia-se a ideia de superioridade europeia e de seus descendentes, calcada na ideologia do trabalho que passa a justificar a orientação na busca dos imigrantes ideais”* (GREGORY, 2002, p. 175).

De acordo com Amorim (2010), a política nacionalista do Governo Vargas permitiu a ocupação de propriedades territoriais por companhias colonizadoras tendo como objetivo primordial colonizar terras tidas como devolutas e de antigas concessões no Oeste e Sudoeste do Paraná, garantindo os limites da fronteira

internacional<sup>4</sup>. Esse processo foi marcado por conflitos advindos da falta de regulamentação da posse de terra.

A maioria desses conflitos assumem novas dimensões nos municípios do Oeste do Paraná, intensificando-se o confronto entre fazendeiros, pequenos agricultores e empresas colonizadoras. Estas últimas, adquiriam grandes propriedades de terras visando projetos colonizadores. Das companhias colonizadoras, vale destacar a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. – Colonizadora Maripá. Esta empresa, no ano de 1946 *“comprou, de uma companhia imobiliária inglesa, a “Fazenda Britânia”, localizada às margens do Rio Paraná. As principais fontes de renda da Colonizadora provinham da madeira, da venda de terras e da inversão de capitais nas indústrias locais”* (AMORIM, 2010, p. 71).

No ponto de vista social, o Paraná tem um vasto histórico de conflitos que envolve a disputa por terras. Nas regiões Sudoeste e Oeste do Paraná não mudou a regra. Isso porque comumente as terras doadas ou vendidas às colonizadoras eram em sua maioria ocupadas por posseiros e essas empresas se encarregaram de expulsá-los. A Revolta de 1957 (AMANCIO, 2009) e os conflitos agrários na região Oeste (CRESTANI, 2010) são modelos de como esse processo de colonização ocorreu no limite entre o progresso e a violência. A segurança de quem comprava a terra era explícita pelo contrato de compra e venda. No entanto, muitos processos ocorreram na área, pelo fato de que muitas posses eram devolutas, ou mesmo pela ação de grilagem e má fé das empresas colonizadoras (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1988). Muitos pesquisadores asseguram que a Maripá teria sido a única colonizadora da região a garantir tranquilidade e segurança depois da devida compra dos lotes. Uma explicação plausível seria o fato de que essa empresa teria comprado a sua gleba de terras, em 1946, da antiga Fazenda Britânica, cujo ex-proprietário, a Companhia de Madeiras Del Alto Paraná, havia efetuado a compra diretamente num acordo legalizado com o Estado do Paraná. À partir do início da década de 1950, começou a chegar à área um grande número de colonos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Sudoeste paranaense. Com uma pequena quantia em dinheiro, essas pessoas compravam o ‘direito de posse’ dos primeiros posseiros ou de supostos

---

4 Em 1943, o governo Vargas busca garantir maior centralização do poder através da criação de cinco territórios, entre eles o Território Federal do Iguçu, que incorporava o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste e Oeste do Paraná. O mesmo foi extinto pela Assembleia Nacional Constituinte de 1946, como resultado de um processo político multipartidário e de redemocratização em curso no país (OLIVEIRA, 2003).

agentes do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Iniciou-se um ciclo acelerado de compra e venda de posses, que muitas vezes se dava por escambo: “Dez alqueires de terra chegaram valer uma espingarda calibre 32 e uma novilha” (COLOMBO, 2001, p. 14)

No processo de colonização do Oeste houve um empenho localista em distinguir a região pela ideia de etnia calcada na característica do colono ideal, sendo este colono o europeu. De toda forma, esse processo resultou em mudanças em toda a região, permitindo a criação de cidades em toda a extensão de alcance das empresas colonizadoras, mas tivemos a presença de etnias latinas que trabalharam arduamente na construção do espaço. Foram essas pessoas, peças essenciais na construção étnica, social e de ocupação do espaço paranaense.

FIGURA 6: Trabalhadores Paraguaios -1950



FONTE: <https://hitoorias.net/tag/pioneiros-de-toledo/>

Compreendendo que estas questões encontram-se fortemente exploradas nas obras consultadas e que o objetivo deste primeiro capítulo tenha sido justamente o de pincelar estas questões de forma mais sintética para começar a se debruçar nos resultados da marcha e na figura dos colonos pioneiros.

A história territorial paranaense incide em uma história de formação de suas fronteiras. Trata-se de espaços de deslocamentos humanos, lugares de conflitos e de encontros de sociedades, que por sua vez, não se reduz à fronteira geográfica. A história da constituição da região Oeste do Paraná é também a história de uma fronteira entre civilização e barbárie. Espaço da historicidade entre diferentes grupos humanos é, portanto, ambiente de ocupação de diferentes agentes: formação

espacial, produto histórico de práticas e representações construídas sobre o espaço, conforme destacado por Moraes (1996). Nesse sentido, também lugar construído como parte de processos de classificação e representação onde se engendram lutas simbólicas em torno de identidades. É a partir dessas dimensões, portanto, que investigamos a construção do espaço paranaense, ou seja, como um lugar marcado por ações humanas, processos colonizadores bem como simbologias e sentidos que estabelecem uma divisão, limite ou borda, que o faz, ser reconhecido, como distinto em relação a outros espaços-região.

Destacou-se, todavia, a confusa identidade para a região Oeste. No que expressa Ortiz (1997, p. 7) cultura e identidade consistem em "uma espécie de subsolo estrutural que alimenta toda a discussão em torno do que é o nacional". Seguindo essa leitura, na essência das atitudes políticas definidoras das fronteiras estaduais paranaenses e das narrativas em torno do extremo-oeste sertão paranaense esteve em relevo o entendimento do país naquele contexto de época.

FIGURA 7: O Mito do Pioneirismo



FONTE: <https://mapio.net/pic/p-10264459/> (acessado 26/03/21)

Os heróis escolhidos pela história oficial para representar o progresso, nasce de um projeto de criação da gênese da civilização nacional, impulsionado pelo desejo de construir um passado nobre para o Oeste do Paraná. Há um real interesse e preocupação em criar uma identidade nacional leva alguns escritores a inventar uma origem mítica para a nação. Segundo Mircea Eliade (1998), com o despertar das nacionalidades, as sociedades e seus intelectuais são compelidos a buscar suas origens, a criar o início da história nacional. Para o autor (1998, p. 157), “na aurora do mundo moderno, a ‘origem’ gozava de um prestígio quase mágico. Ter uma ‘origem’ bem estabelecida significava, em suma, prevalecer-se de uma origem nobre, [...]”. “*Um povo sem história (leia-se: sem ‘documentos históricos’ ou sem historiografia) é como se não existisse!*”

O homem rural, o colono, o camponês, o pequeno agricultor, as comunidades tradicionais viram, nas palavras de Herbert de Souza, o Betinho, em sua indagação sobre a terra, que cercada, “*virou coisa de alguém, mas não de todos, não comum. Virou a sorte de uns e a desgraça de tantos*”<sup>5</sup>. Essa trama, de mortes, de conflitos, de luta, de guerra pela terra, tendo como cenário o Oeste do Paraná. A história dessa região é muito mais complexa e sanguinária, do que a história oficial nos relata. Há interesse em manter viva a memória e os discursos enaltecidos dos pioneiros

Passaremos, no capítulo a seguir, a tratar de alguns aspectos mais pontuais das mudanças territoriais e do espaço, trazendo dados de um dos projetos de ocupação de fronteira no Oeste do Paraná. Ou seja, as questões levantadas no tópico seguinte voltam-se para a análise do processo de construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional.

---

5 SOUZA, Herbert de (Betinho). A Carta da Terra (1995). P.96, 2002



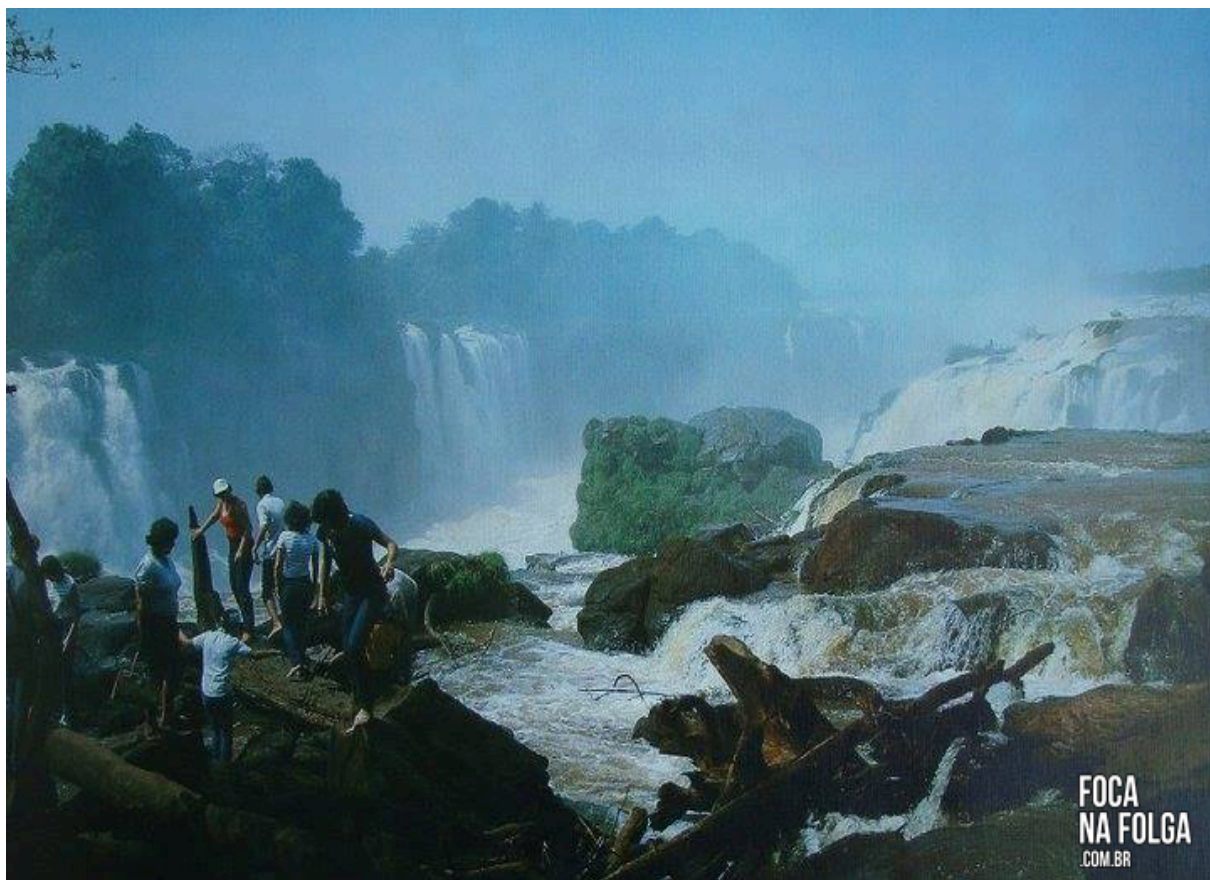
## CAPÍTULO 2

### HIDRELÉTRICA DE ITAIPU UM SONHO A SE CONCRETIZAR

#### 2.1 Adeus As Sete Quedas

Ao estudar o processo histórico de ocupação do Oeste do Paraná, no que diz respeito a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, é salutar, de imediato, referendar os estudos referentes a formosura natural que eram as Sete Quedas, inundadas, para que ocorresse ao aproveitamento energético dos Saltos das Sete Quedas, localizadas no Rio Paraná, no município de Guaíra. De beleza exuberante, infelizmente hoje não mais vista, por ocorrência do reservatório da usina, iniciada no governo do presidente Juscelino Kubitschek entre os anos de 1956 à 1960.

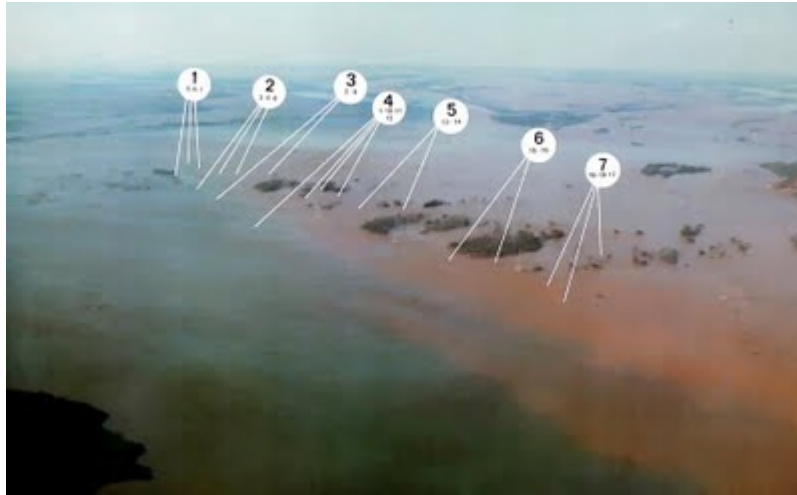
FIGURA 8: Sete Quedas – Guaíra



FONTE: <https://www.focanafolga.com.br/2019/01/7-quedas-guaira.html>

(acessado em 23/03/21)

FIGURA 9: As Sete Quedas Após o Alagamento



FONTE: <http://wikimapia.org/6968313/pt/Salto-de-Sete-Quedas> (acessado em 23/03/21)

Com o fim das Sete Quedas, perdemos um dos mais belos patrimônios naturais do planeta. Em nome do progresso econômico, construiu-se a Hidrelétrica de Itaipu. Evidentemente, muitos afirmam que Itaipu é a principal hidrelétrica brasileira, uma das maiores do mundo. Mas, certamente, o mal causado a um patrimônio natural, e que foi perdido para sempre, é irremediável.

De acordo com o autor Mazzarolo (2003), a negociata e projeção da construção da Itaipu, estendeu-se nos mandatos dos presidentes Jânio Quadros, João Goulart, Castelo Branco, Costa e Silva e Médici. Todavia, o canteiro de obras para a construção da Usina foi implantado no ano de 1974, no mandato Ernesto Geisel.

Primordialmente o objetivo do governo do Brasil, era a construção de uma usina exclusivamente brasileira, potencializando as águas do Rio Paraná antes que esse rio encontrasse a fronteira com o Paraguai. Para tanto, seria necessário a construção de um canal que desviaria o curso da água e depois retornasse essa água ao curso natural do rio. O Paraguai não viu com bons olhos a ideia do projeto brasileiro, já que este lhe impossibilitaria de utilizar-se do potencial energético do rio, com o mesmo direito que o Brasil. Contudo, nesse processo de engenho o canal de desvio são caracterizadas inúmeras atividades que agredem o meio ambiente, visto aqui no seu aspecto natural, causando a transformação desse meio, efetuadas pelas técnicas utilizadas pelos homens em suas ações modificadoras do meio natural em favor do “progresso”. Dessa forma, boa parte das atividades humanas causam algum tipo de impacto que contribui para agressão do meio ambiente, assim, as construções de



usinas hidrelétricas não fogem a essa regra, que ocasionam uma grande gama de impactos socioambientais.

Percebe-se que sobre a Usina Hidrelétrica de Itaipu, por se tratar da maior hidrelétrica do mundo, são ofensivas as transformações ocorridas pela instalação deste empreendimento na região de fronteira entre Brasil e Paraguai. Acarretando impactos enormes, tanto ambientais quanto sociais, que modificaram toda uma região, reconfigurando um novo território.

FIGURA 10: Canal de Desvio



FONTE: <https://paranaportal.uol.com.br/opiniaosintonia-fina/historia-explosao-do-canal-de-desvio-de-itaipu-completa-40-anos/> (acessado em 23/03/21)

João Goulart, na época o presidente do Brasil, acordou com o então presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner sobre a utilização do potencial energético do Rio Paraná por ambos os países. Todavia, a construção da Usina não saía do projeto por motivos distintos. Assim, novos acordos firmados entre os dois países. Em 1967, foi criada a Comissão Técnica Brasileiro-Paraguai para implementar a Ata do Iguaçu, que objetivava estudo sobre o aplicação dos recursos hídricos do Rio Paraná.

Após análise de estudos desenvolvidos, o caminho escolhido foi de não construir a usina próximo a Sete Quedas, mas sim, na região conhecida como Itaipu, localizada na cidade de Foz do Iguaçu. Dessa forma, Paraguai e Brasil assinaram o Tratado de Itaipu, chegando num denominador comum em relação acordando ao

aproveitamento adjacente do potencial hidroelétrico do Rio Paraná e antecipando também a construção de uma empresa binacional, em poucas palavras, a Itaipu.

Dessa forma, iniciou-se a construção da usina em maio de 1975, chegando a conclusão em outubro de 1982, com a concretização da construção da barragem. Ato contínuo, chegaram os equipamentos eletromecânicos, os geradores de energia e o começo da operacionalização em maio de 1984.

Para que a engenharia da Hidroelétrica de Itaipu fosse possível, foi necessário o alagamento de uma vasta porção de terras, local esse em que foi construído o reservatório da usina. Na época, foram atingidos com o alagamento, oito municípios brasileiros fixados a Oeste do estado do Paraná, sendo eles: Guaíra, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguçu e Foz do Iguçu.

É possível verificarmos um comparativo entre a área total dos municípios e a área territorial que foi comprometida com o alagamento e o montante que quanto representa em percentual da área total de cada município.

TABELA 1: Respective Áreas dos Municípios Afetados Pela Construção da Itaipu:

MUNICÍPIOS	ÁREA TOTAL	ÁREA COMPROMETIDA	% FINAL
Guaíra	53.666	5.530	10,30
Terra Roxa	82.925	183	0,22
Marechal C. Rondon	141.010	25.075	17,78
Santa Helena	81.916	25.992	31,73
Matelândia	108.697	492	0,45
Medianeira	122.772	4.237	3,45
São Miguel do Iguçu	122.188	26.253	21,49
Foz do Iguçu	88.046	23.570	26,77
Total	801.220	111.332	13,90

FONTE: Adaptado de Germani, 2003, p. 52

Analisando a tabela, percebemos que alguns municípios foram atingidos mais drasticamente do que outros. Se somarmos o percentual de terra que ficou

improdutiva por conta da construção da Itaipu, os números chegam em quase 15%. O ambicionado crescimento econômico daquele período parece incompatível com a harmonia ambiental, pois naquela época não havia uma política de controle ambiental<sup>6</sup> no País.

A integração desses dados aos demais saberes multidisciplinares relacionados a gestão ambiental permite a compreensão de diferentes problemas e a reestruturação e planejamento do ambiente urbano. Isso porque o reconhecimento da geodiversidade, bem como o conhecimento da dinâmica da evolução dos fatores geológicos, aos quais a humanidade está vinculada em seu processo de uso e de ocupação do espaço territorial, permitindo a implantação de estruturas de adequação do homem ao meio físico natural.

A área a qual precisava ser alagada para a formação do reservatório da usina de Itaipu, necessitou ser desocupada e com isso, os proprietários de propriedades que se localizavam na região que futuramente seria tomada pelas águas foram indenizados como demonstra o quadro que segue:

TABELA 2- Propriedades Desapropriadas para Construção da Itaipu.

	Nº DE PROPRIEDADES	ÁREA
Rurais	6913	100.607,73
Urbanas	1606	484,79
Totais	8519	101.092,52

FONTE: Itaipu Binacional

A construção da hidrelétrica de Itaipu, representou um enorme impacto ambiental e humano. No entanto o que ocupa o ideário, ou a memória de quem conhece a Itaipu, é a magnitude do desse projeto, prevalecendo a visão da funcionalidade da Usina:

Há apenas umas vagas informações sobre o projeto, informando que nos custará o sacrifício de aproximadamente 100 mil hectares da mais fértil terra e a perda de um laborioso e qualificado contingente de trabalhadores do campo. Das poucas informações que transpõem a referida cortina de silêncio, podem-se juntar dados que se, por um lado, nos fascinam, por outro nos assustam (CPT. CPI Desparanização. Depoimento do Pastor G.G. Kirinus. Curitiba: CPT, 1978).

---

6 Controle Ambiental: é a atividade que exerce a orientação, a correção, a fiscalização e o monitoramento sobre as ações referentes à utilização dos recursos ambientais, de acordo com as técnicas administrativas e as leis em vigor

Não desmerecendo a utilidade da Itaipu, mas é proposta desse trabalho, analisar para além do cenário de luzes, cores, águas e energia produzida. É de interesse desvendar quantas comunidades indígenas Avá-Guarani habitavam o território que hoje é Itaipu, quantas espécies de plantas e animais existiam naquele espaço. E mais que isso, o que resistiu e em quais condições resistem até hoje.

O crescimento econômico, alavancado pelo governo ditatorial, utiliza o termo “desenvolvimento” desconsiderando fatores como distribuição de renda, preservação ambiental, qualidade de vida entre outros critérios relativos ao bem-estar das pessoas e da vida em sociedade como um todo.

Figura 11: Tratado de Itaipu

Figura 12: Iniciando Itaipu



FONTE: <https://www.alertaparana.com.br/noticia/196/ha-45-anos-brasil-e-paraguai-firmavam-o-tratado-de-itaipu> (acessado em 26/03/21)

A ética, a economia, a consciência ambiental e social, de forma unificada começa a ganhar força na década de 1970 com o aparecimento de destaques resultantes das atividades antrópicas estariam causando diversos impactos ambientais em diferentes escalas. Em função das alterações ambientais, acontecendo a nível global, como chuvas radioativas distantes dos locais de testes nucleares, chuvas ácidas, entre outros impactos, faz com que o debate ecológico passe a fazer parte das discussões sobre desenvolvimento através da dispersão em escala global de debates promovidos pelo recém-surgido movimento ambientalista.

## 2.2 Itaipu e a Desapropriação Dos territórios Tradicionais

A exclusão das comunidades tradicionais, as quais vivem uma relação quase simbiótica com o ambiente, de seus territórios tradicionais gera até hoje diversos conflitos por justiça ambiental em diversas regiões do mundo. No Oeste do Paraná, não foi diferente, a construção da Hidrelétrica de Itaipu, remete a complexidade da integração entre indivíduo, sociedade e ambiente.

Esses interesses, essas diferentes relações de poder sobre o território, entram em conflito. Assim, o território é o espaço ideal para pensar ações com base em conhecimentos diversificados e para a compreensão das relações de poder que proferem ou incumbem em um espaço balizado, principalmente incorporado ao recorte para terras indígenas, que se constituem em territórios onde perpassam relações de poder, que são culturais, políticas, organizacional e institucional, muitas vezes diversas, porém, visando à conservação da biodiversidade e dos aspectos culturais ali presentes. Nas palavras do autor Guimarães (2014):

O território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento [...] Mas a abordagem territorial não significa apenas uma escala dos processos de desenvolvimento a ser considerada, ela implica também um determinado método para favorecê-los. Nela, o desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim da criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos, e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável. Este é o principal legado da política pública de desenvolvimento territorial, a capacidade desenvolvida no coletivo de pensar, compreender e agir coordenadamente (GUIMARÃES, M. 2014, p. 123)

Neste sentido, o território é tido como o lugar de ser e crescer, no estudo em caso, de ser Guarani, com as práticas cotidianas da vida indígena como parte da cultura. Sendo assim, aceitar novas condições de vida, fora do hábitat natural, negaria os meios possíveis de manterem a sobrevivência, perdendo de vista a sociedade ideal, uma concepção que certamente lembra o popular mito Guarani da “Terra sem Mal” e da concepção do “bom viver”.

De um lado a etnia Avá-Guarani à mercê do progresso que não os incluía. Do outro lado a Itaipu, representada pelo governo ditatorial, o qual investiu em propagandas, as quais transmitiam a impressão do negócio justo, sossegado e

confiável. A divulgação na área dos municípios afetados pela represa de Itaipu, bem como as propriedades rurais e urbanas, parece não ter preocupado os idealizadores da Itaipu.

FIGURA 13 : O Negócio Ideal



FONTE: <https://docplayer.com.br/57670064-Itaipu-binacional-alvorada-do-iguacu-e-vila-bananal-deslocamento-e-isolamento-social.html> (acessado dia 27/03/21)

Analisando a propaganda é possível observar a desapropriação ocorrida e a façanha do homem em desafiar a natureza. O Rio Paraná foi desviado por canal escavado nas rochas com dois quilômetros de comprimento, 150 metros de largura e 90 metros de profundidade.

A implosão ouvida em todo o canteiro de obras da usina, marcou o início da construção da imensa barragem. A implosão das rochas foi ouvida a longa distância, essa explosão mudou a história e o perfil da região fronteira, comemorado pelo governo brasileiro como novo e importante momento para engenharia moderna.

Itaipu foi adquirindo contornos gigantescos. A mudança do leito do Rio Paraná alterou a geografia e o clima da região. O colossal rio foi abafado e aprisionado por uma enorme muralha de concreto. Itaipu era a proposta de um governo forte, como propunham os militares:

O projeto Itaipu e a materialização da obra, combinavam nos planos interno e externo do tipo de Nação, que se estava querendo criar no país, sob a influência de um projeto de grandeza. Esperava-se que a Nação fosse grande, o projeto refletia esta imagem de força e poder,

em que os números diziam mais que palavras, ou melhor como a chamada de matéria publicada pelo jornal Globo no dia 20 de outubro “usina de Itaipu: tanto quanto o rio falam os números. (RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. 2006,p.18)

Uma rápida análise, demonstra o quanto o projeto Itaipu buscou criar no País o ideário de progresso, civilização, mas em contrapartida fez sumir muitas belezas raras, da mais exuberante natureza que os olhos humanos já viram. As Sete Quedas é essa beleza engolida pela Itaipu.

FIGURA 14: Maravilha das Sete Quedas

FOTO 6 - Sete Quedas (antes e depois de Itaipu)



Fonte: *O Estado do Paraná*, Curitiba, 17/01/99, p. 25.

Mesmo que engenhada com as melhores das intenções, Itaipu trouxe as comunidades indígenas a dificuldade de produzir alimento, dificuldade da caça, da pesca, da vivência da cultura nas práticas cotidianas das atividades descoladas da realidade que trazem grandes impactos na reprodução cultural indígena.



FIGURA 15: Projeto Itaipu



FONTE:

<https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/15600/2/parlasur/projeto-pede-que-obras-de-navegac%C3%A3o-de-itaipu-sejam-declaradas-de-interesse-do-mercosul.html> (acessado em 27/03/21)

#### **Linha do tempo da Itaipu<sup>7</sup>**

- 22/06/1966 - Assinatura da Ata do Iguaçu
- 26/04/1973 – Assinatura do Tratado de Itaipu pelos presidentes Emílio Garrastazu Médici (Brasil) e Alfredo Stroessner (Paraguai)
- 17/05/1974 – Constituição da empresa Itaipu Binacional
- Outubro/1975 – Início das obras da construção de Itaipu
- 20/10/1978 – Explosão das enceradeiras do Canal de Desvio (finalização da primeira fase das obras civis)
- 19/10/1979 – Assinatura do Acordo Tripartite pelo Brasil, Paraguai e Argentina
- 03/03/1982 – Chegada da primeira roda da turbina em Itaipu
- 13/10/1982 – Finalização das obras civis e início de formação do reservatório
- 05/11/1982 – Abertura do vertedouro
- 05/05/1984 – Entrada em operação das unidades geradoras
- 25/10/1984 – Inauguração da usina pelos presidentes João Batista Figueiredo (Brasil) e Alfredo Stroessner (Paraguai)
- 1º/03/1985 – Início da comercialização da energia para Brasil e Paraguai

---

<sup>7</sup> <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/itaipu-completa-45-anos-unindo-ainda-mais-brasileiros-e-paraguaios> acessado às 10 horas do dia 14/07/20



21/05/2007 – Inauguração das duas últimas unidades geradoras (U9A e U18A)

31/12/2016 – Itaipu atinge o recorde mundial de geração anual de energia, com 1

03,1 milhões de MWh

10/05/2019 – Lançamento da pedra fundamental da Ponte da Integração Brasil-Paraguai, totalmente bancada por Itaipu, margem brasileira, sem ônus para o consumidor de energia elétrica.

FIGURA 16: Nascendo o “Sonho” de Itaipu



FONTE: <https://www.opresente.com.br/parana/itaipu-opera-com-carga-maxima-e-ajuda-brasil-e-paraguai-a-atender-demanda-recorde/> (acessado em 27/03/21)

O projeto de construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional seguiu trâmites legais, os quais merecem ser elucidados nesse trabalho uma vez o cronograma da obra mostra, demonstra o tempo histórico desse feito.

A datas expostas no cronograma, nos levam a leitura e compreensão da trajetória histórica de como tem sido implantado um projeto de desenvolvimento.

Interpretando o cronograma da obra Itaipu, parece nítido o fato da problemática ambiental não ter significado para os administradores do conjunto das atividades a serem desenvolvidas. Há que destacar o período da construção da obra, na Ditadura (1964-1985). Esse feito representou um enorme impacto ambiental e humano. No entanto, a memória que prevalece com relação a este projeto oculta o cenário de degradação da fauna, da flora, desapropriação do território indígena.

Os contextos empregados para explicar o projeto estavam amparados nas ideias dos militares de construção de uma potência brasileira. Para o incremento da nação era cogente a produção de energia elétrica. Com Itaipu, o Brasil resolveria o problema energético com um projeto menos assustoso do que o nuclear. Mesmo que isso custasse a vida de muitos seres vivos, pois afinal tudo virou poeira depois da detonação das 55 toneladas de dinamite que mudaram o perfil do oeste paranaense. A destruição das Sete Quedas, a perda das quedas de beleza rara, um verdadeiro desastre ecológico, consequência da escolha de um projeto.

Assim, a vitória do progresso. Itaipu era mais que um bucólico projeto era o governo militar que representava a nobreza do novo regime, marco que refletia a altivez da pátria, defendida por políticos com visão de engrandecimento da nação. Com Itaipu o país colocava em destaque o desejo de se construir uma nação forte e poderosa. Para tal feito fazia-se necessário lançar mão de recursos naturais, e dos avanços tecnológicos disponíveis.

A versão repassada de geração a geração da construção de Itaipu é de um feito histórico e que passa a ser memória incorporada. Sendo que a memória oficial destacará o quanto somos tributários da energia produzida, sem a qual estaríamos às escuras. E essa versão, oculta os conflitos ambientais, sociais e humanos, advindos dessa construção.

Essa memória incorporada, muito bem descrita nas palavras do autor Antônio Montenegro:

Esta articulação mais ampla de um acontecimento histórico vivido pessoalmente e o encadeamento histórico exigem ou requerem níveis de elaboração e explicação que muitas vezes não se realizem para o conjunto da população. A força da história oficial operando com representações simplistas e maniqueístas, ou ainda o fato de outras instituições ou setores da sociedade não apresentarem com a mesma intensidade versões históricas distintas, contribui para que se fixem na memória popular apenas fragmentos.<sup>8</sup>

---

8 MONTENEGRO, Antonio Torres. História Oral e memória: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992. p.92

Na história oficial prevalece a versão imposta pelos dominantes e a exclusão das demais visões. Com a Itaipu a versão que prevalece é a dos vencedores, dos idealizadores do projeto, facilmente foram dadas as despedidas a Sete Quedas e o alagamento que foi feito, o rio se transformou em lago, demos adeus a Sete Quedas, desfigurando a paisagem, desabrigando tantas vidas e espécies nativas, fazendo surgir a Itaipu. Assim, o espetáculo que era da natureza, agora passa a ser construção da engenharia humana. E é justamente para ver o espetáculo do homem que milhares de turistas se dirigem para a barragem todos os dias ao longo dos anos.

O impacto causado não se deu apenas no espaço físico, mas também no modo de ser e de viver das comunidades tradicionais ali existentes. Essas comunidades, de indígenas Avá- Guarani, na luta de representações em que os conflitos se fazem presentes. O jeito de ser Guarani, está na forma como esses sujeitos constroem as mais diferentes narrativas. Essas representações são tão importantes quanto os aspectos econômicos. Roger Chartier, ressalta: *“As lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus; e o seu domínio”*.(CHARTIER,1999, p.17). O determinismo geográfico, presente no ideário de muitos, construiu a ideia de raça superior, imigrantes europeus, heróis da colonização. Desse modo, o Paraná seria o paraíso geográfico, desconsiderando a presença de outros que não fossem europeus. Portanto, invisibilizando a presença indígena, africana ou de qualquer grupo humano, que não signifique progresso, desenvolvimento.

Nesse contexto, o que resta para os povos tradicionais, serem decifrados ou extinção. Talvez essa seja a questão central, como continuar sendo indígena nessa sociedade não indígena, devastada, hegemônica, violenta. O grande desafio das comunidades tradicionais é justamente como continuarão sendo indígenas, indo além de considerar a construção de identidade, mas também analisando o contexto das desigualdades e das lutas sociais.

Para traçar esse caminho, requer analisar a construção histórica do processo de ocupação de território no Oeste do Paraná, o Projeto Itaipu Binacional, os impactos ambientais advindos da transformação do espaço e os prejuízos sociais, culturais e existenciais das comunidades tradicionais, entendendo as querelas as quais estão ligadas as relações de poder nos processos de colonização e dominação.

FIGURA 17: Guarani Existe, Guarani Resiste



FONTE: <https://trabalhoindigenista.org.br/despejo-contracomunidade-ava-guarani-no-oeste-do-parana-pode-ser-suspenso/> (acessado em 27/03/21)

Nesses moldes, a colonização não obedeceu a um ritmo único e regular, ela se operou de forma distinta do norte para o Sul do Brasil e dentro do Sul, a região Oeste foi a última a ser ocupada. A imigração e a colonização obedeceram a lógicas e fases distintas no processo colonizador e a presença de um agente transformador que efetivasse o “trabalho colonizador” justificaria a necessidade de trazer população de outros países e a colonização justificaria desbravar, desmatar, desabitatar territórios tradicionais, provocar impactos ambientais e sociais.

No caso específico da região Oeste do Paraná, a ocupação do território coma construção da Itaipu, foi resultado de um processo patrocinado pelos governos federal e estadual que tomou novo fôlego na Marcha para Oeste e foi levado a frente pela ação terceirizada de companhias colonizadoras:

Esse processo, sem dúvida, contribuiu para definir as características sociais, políticas e econômicas dessas regiões. Inicia-se nos anos 1920 e intensifica-se na década de 1950, com a corrente migratória de descendentes de alemães e italianos oriundos de Santa Catarina e Rio

Grande do Sul, que expelidos de suas terras agrícolas pelo minifúndio, são atraídos pela fertilidade dos solos paranaenses. Entre os anos de 1920 e 1930, o ciclo da madeira se consolida como a principal atividade econômica da região Oeste do Paraná, com destaque para o pinheiro (*Araucaria angustifolia*). Antes da chegada dos colonizadores, a região era constituída de mata nativa e habitada por índios Guarani e Kaingang, que ao longo da história foram expropriados de seus territórios e confinados em limitadas terras indígenas. A região era ocupada também por paraguaios e argentinos, que, através de companhias colonizadoras estrangeiras, exploravam a madeira e a erva-mate, abundantes na região (AMORIM, 2010, p.70).

Em 1954, grande parte do território das terras demarcadas no Oeste paranaense já se encontravam vendidas e neste mesmo ano, o então governador do Estado do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto, fez o ato de criação de novos municípios: Toledo, Cascavel e Guaíra, desmembrando-os de Foz do Iguaçu, sendo esta, portanto, a primeira grande alteração substancial associada à Marcha no que tange ao processo de criação de municípios:

Nesse período, a Colonizadora Maripá passa a utilizar-se amplamente da mão-de-obra paraguaia e indígena, que apesar de estar presente na região desde os primórdios, não foi contemplada no projeto colonizador. Os índios *Guarani* foram expropriados de grande parte de seus territórios, sendo confinados em limitadas glebas de terras, onde vivem atualmente em condições de miséria (AMORIM, 2010, p. 71)

A historiografia oficial retrata este momento como fruto de ação exclusivamente realizada pela mão do colono branco conformando uma identidade regional nitidamente excludente, que denega a existência de qualquer outro segmento populacional. (RIBEIRO, 2002, p.22). Essa figura exponencial do pioneiro é realçada por Oberg (1960) ao enfatizar que:

Em levantamento realizado no ano de 1956, no município de Toledo, 10 anos após a sua fundação, foi possível avaliar os aspectos demográficos, as condições de vida da população, a agricultura, a educação, a religião e a vida cultural. Na ocasião da pesquisa, a população era estimada em 9945 habitantes, sendo constituída de 99% de indivíduos de cor branca e apenas 1% de mestiços (mulatos, paraguaios, índios), percentuais atribuídos à migração de indivíduos de descendência alemã e italiana oriundos dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A população, predominantemente rural, era distribuída geograficamente da seguinte forma: Zona rural, com 58,4%; zona urbana, com 27,3% e zona suburbana, com 14,3% do total (OBERG, 1960, p.43).

De acordo com Oberg (1960) inicialmente a Colonizadora Maripá procurou atrair descendentes de italianos para povoar Toledo, entre os quais, a maioria católica. Posteriormente, quando a direção da colonizadora passou para Willy Barth, descendente de alemão, foram atraídos para a região descendentes de alemães, em sua maioria luteranos.

No caso da região oeste, a busca por colonos de descendência alemã, advindos principalmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, visava a uma construção cultural do território de fronteira, como observa Schallenberger(2011)

A fronteira pode ser concebida como uma construção histórica cuja referência remete ao lugar de encontros, ao espaço da construção de identidades, ao universo das representações e das tensões derivadas de diferentes mundos culturais e, entre outros, ao horizonte do imaginário dos diferentes sujeitos sociais (SCHALLENBERGER, 2011, p.37).

Ao constituírem-se as estratégias de ocupação, definiu-se ideologicamente a identidade do colono e essa identidade expandiu-se para além de suas fronteiras sociais/étnicas originais. Assim, o ideário do colonizador, se sobressai na história oficial e no próprio ideário do povo. Há um esquecimento, ou invisibilidade das comunidades tradicionais. O que interessa registrar na memória coletiva é a bravura das tantas obras erguidas, em detrimento ao devastamento de quilômetros de floresta, mata nativa, espécies animais e etnias indígenas.

O processo contínuo de realocação da população dentro do espaço físico do território nacional tem se constituído, no período mais recente, em um dos principais condicionantes da dinâmica demográfica brasileira. Na cidade de Foz Do Iguaçu, oeste paranaense, isso tornou-se mais evidente à partir de 1945. Longe de representar um fenômeno aleatório, os movimentos populacionais possuem, via de regra, estreita vinculação com processos de cunho econômico, sejam eles de abrangência mais limitada, com repercussões restritas às esferas local ou regional, ou de caráter mais amplo, com efeitos em escala nacional.

No tocante a esta questão, Wachowicz (1982), ressalta que a colonização do Estado do Paraná não é apenas um fragmento geográfico do Brasil, mas antes, um grupo social dessa sociedade, pois apresenta uma história interna própria, no entanto, envolvida em todos os lados da história nacional. A história de cada cidade no Oeste do Paraná, portanto, deve ser estudada em detrimento da história da região sul do

Brasil para que se compreenda seu processo de colonização e as mudanças deste espaço geográfico como resultado do processo de transformação do sul, visão contrária a que, usualmente, se encontra na historiografia oficial de muitos municípios da região, como observa Wachowicz (1982) ao ponderar que muitas obras historiográficas de municípios do oeste do Paraná se limitam a narração de nomes de colonos, datas e fatos:

Esse tipo de história fática é comum entre aqueles que se propõem catalogar datas, nomes e principais acontecimentos e que saem geralmente publicados e patrocinados pelas prefeituras municipais do interior paranaense. (WACHOWICZ, 1982, p.11).

Para entender, portanto, a história o processo de ocupação, para além de sua dimensão romântica e factual é preciso compreender a própria história colonial do município como algo maior e mais complexo que a simples ação heroica do pioneiro. Em linhas gerais, é preciso compreender a ação transformadora do pioneiro como uma parte das ações implementadas pelas empresas colonizadoras.

O processo de colonização agenciado pelas empresas colonizadoras recebeu grande incentivo através de decreto 300 (WACHOWICZ, 1982). Por meio deste decreto, o Paraná recuperou extensões representativas de terras que intensificaram os interesses de colonizadores do Rio Grande do Sul, nascendo, dessa forma, a expansão dos colonos e das colonizadoras gaúchas e o controle das operações imobiliárias: *“o decreto nº300, surgia historicamente a grande oportunidade de retirar o controle, principalmente ao Estado do Paraná, de extensas glebas de terras da melhor qualidade”*. (WACHOWICZ, 1982, p. 146).

A ocupação das terras, como vimos assinalando, redesenhou o território do oeste paranaense tanto no que tange às questões geográficas, quanto na populacional. Ao longo desse processo de transformação levado a cabo pelas empresas colonizadoras, forjou-se a visão romântica do pioneiro europeu como agente de transformação. Essa visão é reforçada na historiografia oficial, em especial, em Wachowicz (1982) Silva (1988) e Niederauer (1982) que apresentam uma visão ideologicamente transformadora do pioneiro como herói. Cumpre ressaltar que a história acaba por justificar e legitimar certas ideologias e fatos refroçando ou denegando determinados paradigmas. Para Bourdieu (1989) *as ideologias são sempre duplamente determinadas, elas devem as suas características mais*

*específicas não só aos interesses das classes ou das facções de classe que elas exprimem, mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e a lógica específica do campo de produção* (BOURDIEU, 1989, p.13).

A visão romântica da colonização apresentada por Silva (1988) apresentou um cenário selvagem e inóspito que recebeu contornos de civilização pela agência do pioneiro. Este sujeito é, nos estudos do autor supracitado, a imagem de um homem trabalhador, discreto, que lutou e morreu em prol de objetivos comuns, marcados pelo anonimato de sua vida, consolidando com isso, o progresso e o desenvolvimento de toda uma geração.

Sob essa perspectiva, o pioneirismo se torna uma de futuro e progresso e, portanto, de toda estrutura política, econômica, social e cultural do oeste paranaense.

Desde o fenômeno histórico da Marcha para Oeste ocorreu, em 1930, que a região veio passando por grandes transformações culturais e geográficas. Até 1930, havia a intensa dominação econômica das obrages, economicamente enfraquecidas após a decadência da erva-mate. O declínio na produção do mate forçou a expansão da exploração da madeira que, de acordo com Wachowicz (1982), acabou encarecendo a produção da madeira devido aos custos de transporte. As ações políticas do governo de Vargas deram seguimento à extração da madeira, além de introduzir a exploração agrícola da terra no Oeste Paranaense, estratégia que foi levada a cabo pelas empresas colonizadoras que acabaram por direcionar as atividades exploratórias e imobiliárias (GREGORY 2002). Corroborando, Wachowicz (1982), argumenta que no decorrer deste processo as colonizadoras definiram o modelo de pequena propriedade rural como forma de ocupação da região, redesenhando por completo o território e dando fim às obrages; conseqüentemente, introduzindo no espaço o pequeno e médio proprietário rural (colonos migrantes do Paraná, Santa Catarina e Rio grande do Sul) e substituindo os *mensus* paraguaios<sup>9</sup>.

À partir de 1935, a venda de terras pela iniciativa privada encontrava-se, já, completamente dominada pelas empresas colonizadoras, destacando-se a Colonizadora Norte do Paraná; Colonizadora Criciúma; Colonizadora Gaúcha Ltda.; Colonizadora Matelândia; Industrial Agrícola Bento Gonçalves; Sociedade

---

<sup>9</sup>Mensus, de acordo com Wachowicz (1992) era o nome dado aos trabalhadores das obrages. O nome se reporta a uma derivação do termo espanhol mensualista: a mão-de-obra empregada nos trabalhos de extração da erva-mate. Todos os mensus deviam obediência irrestrita aos obrajeros e seus capatazes.



Colonizadora União D'Oeste Ltda.; Pinho e Terras Ltda. e a com maior importância a Maripá, Industrial Madeira e Colonizadora Rio Paraná Ltda. (PRIORI et al., 2012).

Para Rippel (1995), a colonização entre as décadas de 1940 e 1950 foi marcada em especial, pela expansão da fronteira agrícola, aspecto que elucida o caso de Toledo, emancipado no começo da década de 50.

Nesse panorama despontam como municípios projetados para crescerem economicamente e geograficamente, como assegura Pieruccini, Tschá e Iwake (2003). No entanto, na grande maioria dos trabalhos voltados à historiografia local apontam esse dado como ação única e exclusiva do pioneiro. Sem desmerecer a importância étnica, esse estudo se volta, no capítulo seguinte, à reflexão da etnia indígena Avá-Guarani, que foi obrigada a deixar o seu hábitat natural, o lugar de ser Guarani, para dar lugar a Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional. Com essa transformação, são inúmeros os impactos socioambientais: inundação de aldeias, alagamento de cidades, deslocamentos humanos, aumento significativo de impactos na biodiversidade.

O processo de formação nacional brasileiro é marcado por um processo migratório atrelado a um processo de organização e de desenvolvimento humano em que a exploração do trabalho humano é fator invariavelmente presente:

O povo-nação não surge no Brasil da evolução de formas anteriores de sociabilidade, em que grupos humanos se estruturam em classes opostas, mas se conjugam para atender às suas necessidades de sobrevivência e progresso. Surge, isto sim, da concentração de uma força de trabalho escrava, recrutada para servir a propósitos mercantis alheios a ela, através de processos tão violentos de ordenação e repressão que constituíram, de fato, um continuado genocídio e um etnocídio implacável (RIBEIRO, 1995, p. 23).

A colonização, portanto, é uma forma de organização social e produção de espaço que, quando estudada, deve levar em consideração o projeto social e política que a engendrava. Retoma-se aqui a ideia enunciada por Hobsbawm (1984, p. 12) de que *“a invenção das tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição.”* Assim entendido, a colonização pode conformar uma tradição inventada que passa de geração a geração estabelecendo continuidade com o passado:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBBSAWM, 1984, p. 09).

Neste sentido, o passado impõe práticas fixas que são permitidas pela repetição legitimar alguma ordem ou fato histórico. Portanto, falar da história, da cultura, da migração, da colonização e da ocupação dos espaços do Brasil é uma atividade que deve ser produzida em detrimento das questões que envolveu ao longo do devir (RIBEIRO, 1995). Essa ideia é imprescindível para que se compreenda o processo de colonização do Sul do Brasil como elemento de distinção cultural em comparação com outras áreas brasileiras no que tange à condição étnica, aspecto imprescindível para que se compreenda o discurso da colonização e a figura do colono pioneiro.

Então, perceber as nuances da colonização sobre o prisma da desapropriação dos territórios tradicionais, entendendo quem é o indígena de hoje, qual foi o resultado do impacto ambiental e humano sofrido após construção da Hidrelétrica Itaipu Binacional, é objeto de estudo desta dissertação.

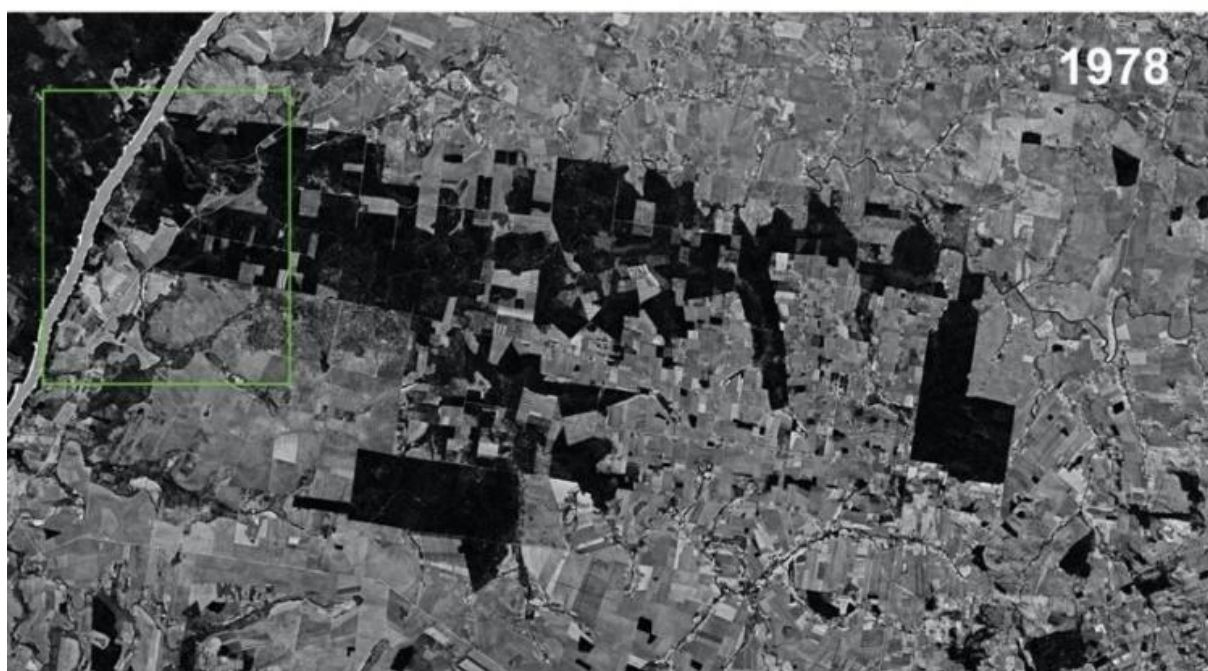
Localizada numa zona de fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, a Represa de Itaipu afogou o Salto de Sete Quedas, fazendo desaparecer ampla parcela de terras agricultáveis do Oeste do Paraná. Quantos foram os expropriados de Itaipu? De acordo com os estudos da pesquisadora Guiomar Germani, na obra *Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu*, estima-se que esta Represa provocou a expropriação e a diáspora de aproximadamente quarenta e três mil pessoas, entre colonos, peões posseiros, arrendatários e índios guaranis, estes últimos localizados às margens do Rio Ocoí.

Demonstrando solidariedade pelos atingidos, Germani, 2003, p. 58-59, mostra que para toda a ofensiva e astúcia das agências públicas ou governamentais, visando proceder a “limpeza da área”, conforme jargão de técnico, a um custo financeiro mínimo – ferindo prerrogativas e desconhecendo direitos –, os expropriados de Itaipu resistiram tenazmente, contabilizando, inclusive, vitórias.

Como expressa a autora em questão, para além do registro acadêmico, faz retumbar aos ouvidos dos leitores o grito desesperado de homens e mulheres, para

quem a terra e a água, além de meios de reprodução social, era fator de identidade cultural. Desvelando as nuances da diáspora dos atingidos de Itaipu.

FIGURAS 18 e 19: Imagens de Satélite da Região de Ocoy-Jakutinga.



FONTE: <https://reporterbrasil.org.br/2020/07/mapas-ineditos-indicam-que-ditadura-mascarou-dados-ao-retirar-indigenas-em-itaipu/> (acessado em 27/03/21)

As imagens de satélite da região de Ocoy-Jakutinga, feitas entre os anos de 1968 e 1978, com a invasão de colonos e posseiros em área antes povoada por indígena.

A colonização e o loteamento do Oeste do Paraná, desvirtuada pelo governo brasileiro pelo menos desde a década de 1940, ganhou fôlego em 1971, quando o então presidente Emílio Garrastazu Médici autorizou a expropriação de terras da região de Oco'y-Jakutinga por meio de um programa do Incra de distribuição de lotes a invasores, colonos e famílias indígenas. Desse modo, tratar os guarani como "colonos" não-indígenas é, sem dúvidas, uma forma de escapar da legislação em vigor, a qual exigia a devida remoção e demarcação de suas terras, assim descaracterizando a identidade indígena, a ancestralidade e seu território. A ditadura ignora a presença de indígenas e aproveita para tentar apagar os seus direitos, mesmo que vários órgãos de Estado tivessem ciência sobre a presença indígena nesta área há décadas.

## **CAPÍTULO 3**

### **A PRESENÇA INDÍGENA AVÁ-GUARANI NO OESTE DO PARANÁ**

#### **3.1 A Questão Indígena À Luz Da Antropologia**

É essencial entender a importância dos marcos legais, dos direitos indígenas, desmistificando a ideia de espaço privilegiado, mas, sobretudo de culturas, civilizações e cosmovisões. Mesmo havendo uma força contrária a isso, é dever das academias, da ciência, trazer à tona as teorias, conhecimentos e valores individualizados dissociados de um determinado tipo civilizacional de visão de mundo e de homem. Os conhecimentos, os valores e as técnicas estão sempre relacionados a uma experiência histórica e cosmológica de civilizações, buscando uma maior compreensão dos diferentes modos de vida.

Na experiência acadêmica, o contato com a Antropologia, abriu horizontes de conhecimentos para o outro. Neste sentido, é válido ressaltar que essa área do conhecimento, baseada no interesse e atuação na militância política pela causa coletiva dos povos indígenas, de algum modo espelhado e motivado por muitos antropólogos e antropólogas. A dedicação ferrenha é fascinante, motivadora, inspiradora. Uma visão totalmente diferente dos de missionários. O cerne das pesquisas é sempre na tentativa de descobrir o acúmulo de conhecimentos sobre os povos indígenas. E de posse desses estudos, é o interesse de ampliar esses conhecimentos, de forma interdisciplinar, a outras disciplinas ou áreas do saber. Dessa forma, aprofundando, valorizando e diminuindo os pré-conceitos e com isso, ampliando as possibilidades de contribuir para o tão necessário diálogo entre culturas, entre civilizações.

Os estudos antropológicos, tem sido o caminho para conhecer um pouco do que os não indígenas pensam sobre os índios e como esses se relacionam com esse modo de pensar daqueles sobre eles. Com isso é possível buscar caminhos para aproximar a compreensão das diferentes racionalidades e modos de vida ainda muito distantes sem a qual não pode ocorrer o tão almejado diálogo intercultural.

Sendo evidente que não há como se falar da questão indígena no Brasil sem remeter-se a Antropologia. Os instrumentos de análises analíticos produzidos ao longo das últimas quatro décadas, por vezes confundidos com os processos históricos vividos pelos povos indígenas do Brasil, que são as vozes indígenas na implementação e orientação de modos de relacionamento entre as comunidades tradicionais, a sociedade nacional e o Estado brasileiro, com a responsabilidade histórica com o indigenismo oficial e não oficial, seja para justificar os processos de dominação colonial, ou, principalmente contestando essa dominação e propondo novos fundamentos epistemológicos e metodológicos de reorientação da relação índios e não índios.

Não restam dúvidas de que antropólogos/as são fundamentais no que diz respeito as práticas de relacionamento, percepção entre os indígenas, bem como as relações deles com o Estado e a sociedade como um todo. Antropólogos/as e estudantes, militantes da causa, têm uma importante participação na construção de novas formas de organização social, de luta, de resistência e de reafirmação étnica e identitária dos povos indígenas que tem resultado em perspectivas mais positivas aos povos indígenas enquanto povos etnicamente particulares. Resultando assim em exemplos concretos da parceria entre os povos indígenas, antropólogos e indigenistas. Esse cenário é fundamental para o avanço e consolidação da luta indígena.

Se por um lado, é de suma importância os instrumentos analíticos da Antropologia nas conquistas indígenas, por outro lado, os limites e desafios colocados à partir das realidades e universos sócio-culturais dos povos indígenas, faz com que entrem em choque com a racionalidade dos projetos que respondem às demandas do Estado brasileiro, no entanto, não consideram a coletividade, contrariando princípios fundamentais das relações sociais e políticas que articulam e ordenam as dinâmicas das comunidades tradicionais organização das comunidades, as representações artificiais aprofundam o processo de integração dos povos indígenas, o que acaba colocando as lideranças indígenas políticas entre a cruz e a espada, de um lado os objetivos e interesses dos projetos audaciosos, nesse estudo a Hidrelétrica de Itaipu e de outro lado, os interesses das comunidades indígenas. Surge assim, conflitos sociopolíticos, as comunidades indígenas e as lideranças indígenas que fazem a intermediação, são na maioria das vezes desconsiderados ou seduzidos por

promessas que não se concretizam. São relações marcadas por desigualdade, assimétricas, com danos irreconciliáveis.

A historiadora indígena Linda Tuhiwai Smith (2012), sem dúvidas uma grande expressividade na área, descreve no seu trabalho com cerne na metodologia da pesquisa em história indígena, cuja finalidade ao publicar a obra, era dar suporte aos pesquisadores, estudantes e ativistas indígenas a construírem pesquisas que fossem significativas para suas referentes comunidades, e que esses pesquisadores pudessem encontrar-se como agentes com participação, vez e voz no mundo acadêmico sem perder sua identidade indígena:

Nos irrita profundamente que pesquisadores e intelectuais ocidentais possam assumir que sabem tudo o que é possível saber sobre nós, baseados em breves encontros com alguns de nós. É mesmo chocante para nós que ocidentais nutram este desejo de extrair e afirmar propriedade sobre nossos modos de conhecimento, nosso imaginário, as coisas que criamos e produzimos, e daí, simultaneamente, rejeite o povo que criou e produziu tais ideias, buscando negar-nos as oportunidades para continuar criando sua própria cultura e mesmo suas nações. Ficamos irados quando práticas ligadas ao último século, e aos séculos anteriores, continuam a serem empregadas para negar a validade do clamor de povos indígenas sobre seu direito de existir, direito à terra e a territórios, o direito à autodeterminação, à preservação de nossas línguas e formas de conhecimento cultural, direito de acesso aos nossos recursos naturais e sistemas e modos de viver em nosso próprio ambiente. (Smith, 2012, p. 1)

O autor Roberto Cardoso de Oliveira, na obra *Sociologia do Brasil Indígena* (1978), elementar para entender as diversas interconexões desses estudos que são produzidos sobre os povos indígenas e os processos de negociação com a sociedade nacional, discute amplamente os elementos da relação dos índios com o Estado, e com o Governo, buscando problematizar, o fato de haver um conceito amplo de o que é ser índio no Brasil. Desse modo, relativizando todas as culturas das diferentes etnias presentes no País, com grupos étnicos diferenciados, e logo com problemas diversos, tentando aproximar-se de uma política indigenista mais apropriada para os povos indígenas. Somente admitindo a existência de diferentes etnias, considerando-as em suas especificidades que é possível estabelecer uma política mais racional e reparar os desgastes já ocasionados pela insistência ao longo dos anos em considerar o índio como igual em todos os lugares do País.

### **3.2 A Legalidade do Território Indígena**

Os marcos legais da Constituição Federal de 1988, no seu artigo 231 reconheceu aos povos indígenas o direito originário sobre os territórios que tradicionalmente ocupam, definindo que é dever da União demarcá-las e mantê-las sob proteção. Uma leitura apurada das leis constitucionais vigentes retrata a importância e proeminência dos direitos territoriais indígenas na formação de uma sociedade verdadeiramente plural, diversa e étnica. Pertencer a um território tradicional, bem como ter esse espaço reconhecido e de direito originário, com normas anteriores à própria Constituição Federal, apresenta-se intimamente atrelada aos direitos culturais dos povos indígenas, ao seu direito de viver conforme os usos, costumes e modo de ser indígena e as tradições que são intrínsecas a eles, ao invés de ligá-las a uma cidadania homogênea e excludente.

Entendendo o território tradicional como o lugar que permite a reprodução física e cultural dos povos indígenas, o desenvolvimento e o modo de ser que lhes caracteriza como índio. Esse é fator fundamental para garantir a continuidade da existência desses povos. O direito permanente desse território e usufruto com exclusividade dessas terras, desses espaços, é um direito fundamental, fato dato e a grandiosidade dessa importância que a Constituição Federal de 1988 determinou um prazo de cinco anos para que todas as terras tradicionais fossem indígenas passasse por demarcações.



FIGURA 20: O Jeito Guarani de Existir



FONTE: <https://porem.net/2019/03/11/urgente-iminente-despejo-de-familias-indigenas-em-santa-helena/> (acessado em 28/03/21)

FIGURA 21: As Práticas de Vivência na Casa de Reza



FONTE: <https://www.brasildefato.com.br/2017/02/17/indigenas-ava-guarani-retomam-parte-de-antiga-terra-tradicional-no-parana> (acessado em 28/03/21)

Embora nítida, expressiva e central a importância do direito dos povos indígenas, bem como dos seus territórios tradicionais, eles encontram-se desde à época do descobrimento ameaçados. Por um lado, a ameaça é manifestada em atos agressivos, violentos, direcionados com frequência em ataques as comunidades e lideranças indígenas, que estão Brasil afora na luta pela terra e pelo reconhecimento. De outro lado, os direitos fundamentais ameaçados, fatos esses presentes em processos institucionalizados os quais situados na esfera dos três poderes do Estado, que direcionam para restringir e cercear o direito dos povos indígenas aos seus territórios tradicionais.<sup>10</sup>

Além de os poderes Executivo e Legislativo, receberem inúmeras ameaças aos direitos indígenas, o poder Judiciário, torna-se também arena de ataques contra esses direitos. Em tempos idos, anos 2000, proprietários rurais, bem como seus entes representativos, tem encontrado como resposta à demarcação de terras indígenas, a estratégia de judicialização sistemática dos processos administrativos de demarcação<sup>11</sup>

Há 500 anos índio é aquele que deve morrer'. 500 anos proibidos para esses povos classificados com um genérico apelido, negadas as identidades, criminalizada a vida diferente e alternativa. 500 anos de sucessivos impérios invasores e de sucessivas oligarquias „herdeiras da secular dominação“. 500 anos sob a prepotência de uma civilização hegemônica, que vem massacrando os corpos com as armas e o trabalho escravo e as almas com um deus em exclusiva. Por economia de mercado, por política imperial, por religião imposta, por bulas e decretos e portarias pseudocivilizados e pseudo cristãos. Já se passaram, então, 500 anos para aquele povo de povos que tinha que morrer e finalmente, mesmo continuando as várias formas de extermínio, 'os Povos Indígenas são aqueles que devem Viver' (CIMI, 2012, p. 9)

---

10 No âmbito do poder executivo, a Fundação Nacional do Índio (Funai), responsável por instituir e instruir o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas, vem sofrendo progressivos cortes orçamentários que minam sua capacidade de atender às carências e demandas das comunidades indígenas em todo o país. Ainda mais recentemente, os esforços da administração federal no sentido de emplacar políticos e figuras explicitamente contrários às reivindicações indígenas em altos cargos da Funai vem levando a uma tensão crescente entre Povos Indígenas e a administração federal. No legislativo, são diversos os projetos de lei e emendas constitucionais que, atendendo ao interesse de proprietários de terras e da bancada ruralista, restringem o direito territorial indígena. A mais conhecida dessas propostas é a Proposta de Emenda Constitucional n. 215, que transfere para o Poder Legislativo a atribuição para a demarcação de terras indígenas.

11 O processo administrativo de demarcação de terras indígenas é instituído e instruído, nos termos do Decreto 1775 de 1996, pela Funai. Após a aprovação do Relatório Circunstanciado de Delimitação de Demarcação pela presidência da Funai, a demarcação precisa ainda ser reconhecida e a terra declarada pelo Ministério da Justiça, para posterior homologação pela Presidência da República.

Atribui-se a conquista de territórios as frentes colonizadoras, no entanto não há como negar as evidências da presença de indígenas na região Oeste do Paraná antes do início da colonização contemporânea da mesma. Este escopo está fundamentado em fontes geradas por diferentes interesses da sociedade, mesmo que em dosagem muito pequena, e em circunstâncias em que a memória permitir, nas narrativas dos índios. Justifica-se este desígnio pelo imperioso interesse de desconstruir o que grande parte da historiografia circunscrita a temas locais tem contribuído para informar, ou seja, a idealização do Oeste enquanto um “vazio demográfico”, sertão desabitado, ao qual se povoa e faz progredir, com base na colonização de áreas que supostamente estariam vagas.

A alegação da relação indígena em favor de uma identidade nacional integrada cede lugar à outra, a de um único caminho para o desenvolvimento. Se, de um lado, há concordância sobre a importância da diversidade cultural e étnica que compõe o País, o que trás aceitação pela pluralidade e pelo seu impulsionamento num mercado que clama por diversificações em produtos e em nichos de consumo, em contrapartida, essa atração não se reverte em políticas públicas eficazes, no amparo e assistência das distintas culturas e etnias, a fim de garantir as condições de vida, de existir e coexistir.

A dominação e a expropriação dos indígenas dos seus territórios tradicionais, acarretaram um quadro histórico de violência, que corrobora para discriminação e preconceito, intolerância, fazendo com que a maioria das etnias indígenas, escondessem as identidades étnicas e as que resistem até hoje, tem uma luta constante pelo reconhecimento e pelo direito dos seus territórios tradicionais. De acordo com as palavras do autor Pêcheux (1997), toda prática discursiva toma a forma de materialização da prática política no domínio simbólico da linguagem:

Toda a prática discursiva está, sobretudo, inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas, o que vem a caracterizar a materialidade da instância ideológica por condições históricas reflexas nas práticas discursivas, sendo necessário subtrair-se dessa relação a homogeneidade, a transparência e a circularidade dos efeitos da prática política no campo discursivo. (PÊCHEUX, 1997, p.213).

Assim, a prática discursiva do indígena balizado, principalmente, pela língua e pela memória, na tentativa de serem reconhecidos pelo Estado. Nessa conjuntura, estão inseridas 305 etnias que falam mais de 220 línguas diferentes dentro do território brasileiro<sup>12</sup>, entre essas, a Guarani, pode ser considerada uma fonte inesgotável para pesquisas nos diferentes campos das ciências humanas, ambientais, sociais, entre outras entre outras. O idioma é fundamental para compreensão dos valores culturais, da prática cotidiana, dos valores que foram incorporados pela tradição e reinventados em comunidades diferentes, ou o próprio processo de aculturação. Nesse contexto, de forma específica, a cultura Guarani, nesse trabalho retratada, surge e se identifica num determinado espaço social que é, antes de tudo, simbólico e ao mesmo tempo primordial, para a compreensão das ações de transformação desse espaço e em consequência, da forma de ser e de viver do povo Guarani. O espaço é primordial para o desenvolvimento e a manutenção dos valores e das crenças da etnia.

O discurso sobre os índios no Brasil, ou determina o lugar de que devem falar os brasileiros ou não lhes dá voz, sejam nativos habitantes (índios), sejam os que vão se formando ao longo da nossa história, o brasileiro não fala, é falado. E tanto há um silêncio sobre ele, como ele mesmo significa silenciosamente, sem que os sentidos produzidos por essas formas de silêncio sejam menos determinantes do que as falas positivas, que se fazem ouvir categoricamente. (ORLANDI, 1990, p. 50)

Importante ressaltar que a presença dos Guarani no Oeste paranaense nos leva a fazer uma travessia histórica, inclusive remetendo as alterações que ocorreram ao longo do tempo, principalmente no processo de ocupação do espaço territorial, que fez com que estes grupos sofressem alterações significativas, especialmente no último século. A história destas comunidades, com a construção da Itaipu Binacional e a formação do Lago de Itaipu, ocasionaram o alagamento de grandes porções do território tradicional dos Guarani, atingindo o Tekoha Guassu(çu) Jacutinga<sup>13</sup> e promovendo a dispersão de muitas famílias para outras regiões. Desse modo, nas interconexões do processo histórico da construção da Hidrelétrica, é que se constitui

---

12 De acordo com Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

13 4 Tekoha Guassu(çu) Jacutinga, segundo relatos dos próprios Avá-Guarani, compreendia uma área de 1500 ha. É o lugar de maior recorrência nos relatos deles sobre o seu passado recente, por ser o último lugar entendido como área indígena onde esses Avá-Guarani habitaram no Brasil antes de ser criada a área indígena de Ocoy

as relações de forças existentes, o domínio político da empresa e o povo indígena Guarani.

O nome Itaipu é originário do idioma Guarani, cujo significado “a pedra que canta”, no entanto:

Para os Guaranis da região da tríplice fronteira, Itaipu é a pedra que chora. Chora a desgraça dos que perderam seu habitat tradicional, dos que foram abandonados e desamparados, privados de suas fontes que lhes forneciam a base material para satisfazer suas necessidades, os guaranis foram obrigados a migrarem compulsoriamente para outras regiões, na busca de uma terra propícia para viverem como indígenas. (CHAMORRO, 1998, p.18)

O autor Foucault (1996), concebe a produção do discurso na sociedade, como controlada e selecionada, cujo objetivo é impedir a sua materialidade. Foucault alerta que *“não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”* (FOUCAULT, 1996, p. 9). E enfatiza:

Por mais que aparentemente o discurso seja pouco importante, as interdições que o atingem logo e depressa revelam a sua ligação com o desejo e com o poder. E o que há de surpreendente nisso, já que o discurso – como a psicanálise nos demonstrou – não é simplesmente o que manifesta (ou oculta) o desejo; é também o que é o objecto do desejo; e já que – a história não cessa de nos indicar – o discurso não é simplesmente o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, aquilo pelo que se luta, o poder do qual procuramos apoderar-nos. (FOUCAULT, 1996, p. 10)

A reprodução de um Oeste paranaense desocupado ou minimamente, com a ausência de pessoas com habilidade a lançá-lo às esferas do progresso, é parte integrante das metas de expansão do capitalismo, que de acordo com Motta *incorpora uma nova área ao seu sistema produtivo, desmistificando a noção de um processo harmonioso e pacífico elaborado pela ótica colonialista* (MOTTA, 1994, p.9). Diante desta percepção, comunidades indígenas são qualificadas como espaços ideais a serem inseridos no âmbito da economia nacional e como consequência capitalista. Atribui-se a preferência pelos lugares referidos à suposta ociosidade que distingue estas terras e, ao mesmo tempo, à noticiada fertilidade dos seus solos. Assim, é projetado no ideário da memória coletiva, as terras inexploradas, virgens, contribuindo para o mito do pioneirismo, o colonizador.

A imagem do vazio demográfico é manuseada com o objetivo de avaliar a incursão indiscriminada de trabalhadores nacionais por estas localidades. É entendido que a Oeste o avanço aconteceu a passos lentos e de forma gradativa, sem grandes movimentos populacionais, atribuindo a escassa ocupação que é distinguida com à presença de caboclos, posseiros e invasores que desmatam a floresta e praticam uma agricultura primária e familiar. Estas afirmações salientam a presunção de que as imediações se caracterizam pelo vazio, abandono e primitivismo, o que leva a crer que uma iniciativa colonizadora neste local pode ser deveras promissora, ao mesmo tempo que nega a presença indígena, ignorando a história e o modo de viver dessas comunidades tradicionais.

Os conflitos ambientais e sociais que abarcam a questão indígena são recorrentes Brasil afora desde à época do descobrimento, às vezes com maior intensidade. Para compreender melhor os fatos, é necessário abordar, pelo menos, alguns elementos históricos. Um deles remete-se a colonização.

Neste trabalho, é explorado o fato da colonização calcada na agricultura, nas grandes obras públicas, ações essas que reduzem as áreas indígenas. Esse processo histórico está diretamente ligado aos conflitos entre indígenas e não indígenas. A colonização e a modernização do espaço, coloca a escassez da terra em evidência, por isso, o governo necessitava de um plano de ação, plano esse que suprimiu reservas indígenas, através da redução de área.

### **3.3 O Indígena Guarani**

O conceito mais técnico de índio, diz respeito a definição apresentada no Estatuto do Índio, Lei nº. 6.001, de 19/12/1973, que norteou as relações do Estado brasileiro com as populações indígenas até a promulgação da Constituição de 1988, em especial no seu art. 4º do Título I, no que tange os princípios e definições:

“Art. 4º Os índios são considerados: I - Isolados - Quando vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes através de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional; II - Em vias de integração - Quando, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, conservam menor ou maior

parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas e modos de existência comuns aos demais setores da comunhão nacional, da qual vão necessitando cada vez mais para o próprio sustento; III - Integrados - Quando incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições característicos da sua cultura.”

Segundo Darcy Ribeiro (1997), indígena é, no Brasil atual, essencialmente aquela parcela da população que apresenta problemas de inadaptação à sociedade brasileira, em suas diversas variantes, motivados pela conservação dos costumes, hábitos ou meras lealdades que a vinculam a uma tradição pré-colombiana. Ou, ainda mais amplamente: *“Índio é todo o indivíduo reconhecido como membro por uma comunidade pré-colombiana que se identifica etnicamente diversa da nacional e é considerada indígena pela população brasileira com quem está em contato (Ribeiro, ”.*

As políticas afirmativas existentes, as quais visam promover a identificação e a valorização das comunidades tradicionais, propondo estratégias para o desenvolvimento indígena. Há que se destacar nesse estudo, o documento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no qual os índios passam a ser definidos por três critérios:

(I) descendentes dos povos que habitavam a região da América Latina e do Caribe na época da Conquista ou da Colonização; (II) qualquer que seja sua situação jurídica ou sua localização atual, conservam, parcial ou totalmente, suas próprias instituições e práticas sociais, econômicas, políticas, linguísticas e culturais; (III) se auto-identificam como pertencentes a povos ou culturas indígenas ou pré-coloniais. (BID, 2006, p. 11).

O documento em questão constitui uma das construções legais que colabora para a reflexão sobre o que é ser indígena na contemporaneidade, pois, inscrito na ordem econômica, circunscreve inúmeros discursos das esferas educacional, política e social que versam sobre o índio e o processo de sua inclusão. Tais discursos determinam a instituição e a construção de uma identidade para o sujeito indígena marcado, especialmente, pela língua e pela memória, e convergem para a promoção dos direitos civis que lhes são garantidos pelo Estado.



Os primeiros registros sobre a presença dos Avá-Guarani, próximos do rio Paraná, na região que hoje define as fronteiras entre o Brasil, Paraguai e Argentina, encontram-se anterior a colonização portuguesa ou espanhola, na descrição do explorador Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, que em 1542 lembrava tê-los encontrado sobre sua viagem ao Rio Paraná:

“Estes índios pertencem à tribo dos guaranis; são lavradores que semeiam o milho e a mandioca duas vezes por ano, criam galinhas e patos... possuem muitos papagaios, ocupam uma grande extensão de terra e falam uma só língua. (...) São lavradores e criadores, além de ótimos caçadores e pescadores. Entre as suas caças estão os porcos montanheses, veados, antas, faisões, perdizes e codornas. Entre suas plantações, além da mandioca, milho e batata figura também o amendoim. Também colhem muitas frutas e mel...” (Cabeza de Vaca, 1987, p. 138).

Cabeza de Vaca identificava os Guarani em um amplo território, ao longo do rio, descrevendo-os como amigáveis e com tino empreendedor, fabricantes de farinha de milho e do que o explorador chamou de “vinho”. Eram também identificados em relatos de missionários religiosos como amigáveis, elogiando lhes a organização econômica e o uso de cavalos e da tecelagem de fibras, com a qual preparavam uma espécie de túnica. Nas terras Guarani, localizadas onde hoje é Itaipu, haviam plantações de milho, mandioca, abóbora, fumo, batata, amendoim, algodão, etc. Os depoimentos recolhidos entre os Avá-Guarani sobre a riqueza natural de seu território tradicional é muito semelhante à descrição encontrada nos registros dos primeiros exploradores europeus, referentes as margens do rio Paraná e seus habitantes:

Na roça o serviço era só dos homens. A mulher ficava em casa para fazer o mbojape... Naquele tempo não tinha divisão, cada um pegava o que precisava comer, não dava briga. O tamanho da roça dava para todos, pois tinha caça. Com o avati morōti a mulher preparava comida e bebida: mbeju guasu, pyta, mbojape, kaguivy. Naquele tempo, iam de dois a quatro homens caçar juntos. E tinham certeza que iam matar... No mato quem cuida dos bichos é o Tupã-Ñandi Ká Aguyja – é o dono do mato. O ñanderu fazia a reza... pedia ao dono do mato para deixar pegar a caça... (Rocha, 1996, p. 32).

Entendendo às limitações de uma história indígena descrita por pessoas que não são indígenas, faz-se necessário considerar que a citação anterior, foi retirada de uma conversa em grupo, na qual a pessoa com mais idade da comunidade falava em Guarani, e os mais novos traduziam, elucidando o que estava sendo falado. Muitas palavras não podiam ser traduzidas “mbojape”, por exemplo é um tipo de pão, já o



“avati morōti” é uma qualidade de milho e ñanderu o líder espiritual; estas palavras muitas vezes eram aprendidas pelo pesquisador de forma empírica: ao comer ou observar visualmente. De qualquer feito, estima-se que a História Indígena escrita por membros do próprio grupo apresente vários elementos inéditos que foram ocultados pelos limites da tradução:

Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos, naquilo que nela havia de mais estável. (Halbwachs, 1990, p. 133)

Os Guarani são conhecidos por distintos nomes: Chiripá, Kaingúá, Monteses, Baticola, Apyteré, Tembukuá, e ainda outras denominações. Porém, a autodenominação que nos interessa nesse trabalho é Avá, que significa “pessoa” no idioma Guarani. O discurso sobre o índio Guarani perpassa pelo discurso do colonizador europeu, que é a interpretação oficial que constitui a memória social brasileira. Existiu o apagamento de outras explicações possíveis, no momento em que outros lugares discursivos foram silenciados. Dessa forma a memória institucional e os efeitos dessa memória na interpretação que se faz. Se por um lado há a cristalização de sentidos na repetição, por outro há a probabilidade do sentido vir a ser outro. Assim *“A voz do indígena não foi registrada, nem o sofrimento dele nem muito menos seu ponto de vista. [...] mesmo as interpretações mais benevolentes ainda ficam muito aquém do que sentem os próprios indígenas na carne e no coração”*. (HOORNAERT, 1982, p. 7)

Pensando de modo reflexivo na exclusão sofrida pelos indígenas, no que diz respeito na desagregação da língua, da identidade nacional brasileira, o autor Orlandi, aponta que *“o índio não fala na história (nos textos que são tomados como documentos) do Brasil. Ele não fala, mas é falado pelos missionários, pelos cientistas, pelos políticos. [...] reduzem os índios a argumentos da retórica colonial. [...] o índio não conta”*. (ORLANDI, 1990, p. 59).

Outro ponto de vista importante para busca da construção histórica do percurso e identidade do povo Guarani, fez-se através de uma pesquisa, no site da Fundação

Nacional Do Índio - FUNAI<sup>14</sup>, trazendo os dados fidedignos, construídos pela referida Fundação e apresentados nesse estudo:

Quando da chegada dos espanhóis e portugueses na América, por volta de 1500, os Guarani já formavam um conjunto de povos com a mesma origem, falavam um mesmo idioma, haviam desenvolvido um modo de ser que mantinha viva a memória de antigas tradições e se projetavam para o futuro, praticando uma agricultura muito produtiva, a qual gerava amplos excedentes que motivavam grandes festas e a distribuição dos produtos, conforme determinava a economia de reciprocidade. Quando os europeus chegaram ao lugar que hoje é Assunção, no Paraguai, ficaram maravilhados com a "divina abundância" que encontraram.

Os Guarani percebem seu mundo como uma região de matas, campos e rios, como um território onde vivem segundo seu modo de ser e sua cultura milenar. Do território tradicional, historicamente ocupado pelos Guarani, que se estende por parte da Argentina, Paraguai, Bolívia e Brasil, os Guarani ocupam hoje apenas pequenas ilhas. Seu território, o solo que se pisa, é um tekoha, o lugar físico, o espaço geográfico onde os Guarani são o que são, onde se movem e onde existem. Esses povos guardam tradições de tempos muito antigos, que trazem na memória que vão atualizando em seu cotidiano, através de seus mitos e rituais.

Os povos Guarani são muito semelhantes nos aspectos fundamentais de sua cultura e organizações sociopolíticas, porém, diferentes no modo de falar a língua guarani, de praticar sua religião e aplicar as diversas tecnologias na relação com o meio ambiente. Tais diferenças, que podem ser consideradas pequenas do ponto de vista do observador, cumprem o papel de marcadores étnicos, distinguindo comunidades políticas exclusivas. Esses grupos reconhecem a origem e proximidade histórica, lingüística e cultural e, ao mesmo tempo, diferenciam-se entre si como forma de manter suas organizações sociopolíticas e econômicas.

Atualmente, os Guarani seguem vivendo onde sempre viveram, apesar de inumeráveis pressões, ameaças e mortes. Diversos grupos Guarani foram se estendendo por esta parte da América, mediante sucessivas migrações aliadas ao crescimento demográfico, que começaram há uns dois mil anos atrás e que continuam até a atualidade. No território brasileiro vivem os Mbya, Kaiowá e Guarani (ou Nhandeva). Os Guarani e Kaiowá estão em Mato Grosso do Sul. Um dos maiores males que os Guarani têm que suportar é a invasão e destruição de sua terra, a ameaça contra seu modo de ser, a expulsão, a discriminação e o desprezo que vieram com a chegada dos "outros", dos colonos e dos fazendeiros e, mais recentemente, dos produtores de soja e de açúcar.

No Brasil, a situação dos Guarani e Kaiowá sofreu profundas alterações logo após a Guerra do Paraguai (entre 1864-1870). Após este período inicia-se a ocupação sistemática do território guarani por diversas frentes de exploração econômica, no sul do então estado de

---

14 <http://www.funai.gov.br/index.php/ascom/1947-historia-e-cultura-guarani>

Mato Grosso. Podemos afirmar que a partir dessa data a história dos Guarani e Kaiowá, nessa região, vem fortemente marcada pelos rumos dessa exploração econômica: inicialmente, da erva-mate, a seguir a implantação dos projetos agropecuários e de colonização, a soja e correspondente mecanização, na década de 1970, e, finalmente, a cana-de-açúcar, a partir da década de 1980.

Estar em meio a um campo sem árvores ou junto a extensas monoculturas de soja ou cana de açúcar é um grande mal. A mata, a água e outros elementos do ambiente são espaços ocupados por uma série de seres espirituais, com os quais os Guarani e Kaiowá necessitam interagir para reproduzir seu modo de vida. Esses povos não são nômades nem vivem somente da caça, da coleta e da pesca. São agricultores, e bons agricultores, que produziam abundância de comida.

Ao mesmo tempo em que viram suas terras de ocupação tradicional sendo transformadas e as matas derrubadas, os Guarani e Kaiowá têm sido incorporados sistematicamente como reserva de mão-de-obra fundamental nas diversas etapas dessa exploração regional.

Ao perceber a grande quantidade de ervais nativos na região, Thomas Laranjeira solicitou do Governo Federal, em 1882, o arrendamento das terras no sul do então Estado de Mato Grosso para explorá-las e, fundou, em 1892, a Companhia Mate Laranjeira. Com a República, as terras devolutas – aquelas que originalmente pertenciam à União – passaram para a responsabilidade dos estados, o que favoreceu os interesses da Cia. Mate Laranjeira. Dessa forma, o Decreto nº 520, de 23/06/1890, ampliou os limites da posse da Cia. Mate Laranjeira e deu-lhe o monopólio na exploração da erva-mate em toda a região, que compreendia o território de ocupação tradicional dos Guarani e Kaiowá. Essa atividade foi responsável pelo deslocamento de inúmeras famílias e núcleos populacionais, tendo em vista a colheita da erva mate, e pela disseminação de várias doenças com grave impacto sobre a saúde dos índios.

Em 1943, o então Presidente da República, Getúlio Vargas, criou em pleno território indígena a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) que tinha como objetivo possibilitar o acesso à terra a milhares de famílias de colonos, migrantes de outras regiões do país. A criação dessa e de outras colônias agrícolas nacionais situou-se dentro da política da "Marcha para o Oeste", buscando incorporar novas terras e aumentar a produção de alimentos e produtos primários necessários à industrialização a preços baixos. No caso havia, também, claro interesse em povoar a fronteira, onde a Cia. Mate Laranjeira mantinha forte presença.

A CAND, criada pelo Decreto-lei no. 5.941, de 28 de outubro de 1943, abarcava uma área não inferior a 300 mil hectares, a ser retirada das terras da União no então Território Federal de Ponta Porã. A instalação dos colonos em terras ocupadas pelos Guarani e Kaiowa provocou problemas diversos e graves, pois questionou a presença indígena e impôs a sua transferência para outros espaços. A implantação da CAND alavanca, também, a ocupação agropecuária e a expansão da presença não indígena e da infraestrutura de serviços na região.

A partir da década de 1950 acentua-se a instalação de empreendimentos agropecuários nos demais espaços ocupados pelos Kaiowá e Guarani, ampliando o processo de desmatamento desse território. Número significativo de comunidades indígenas é obrigado a abandonar suas aldeias e deslocar-se para dentro de oito reservas

de terra demarcadas pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio, que deu origem à Funai), acentuando-se o confinamento das aldeias. Entre os anos de 1915 e 1928, o SPI demarcou oito pequenas extensões de terra para usufruto dos Guarani e Kaiowá, perfazendo um total de 18.124 hectares, com o objetivo de liberar o amplo território ocupado pelos Guarani e Kaiowá no atual estado de Mato Grosso do Sul. As reservas impuseram o controle político da população, submetida a uma série de práticas que tinham como objetivo principal a assimilação dos indígenas à sociedade nacional. Foi uma estratégia governamental para submeter esses povos aos projetos de ocupação e exploração dos recursos naturais por frentes não indígenas. (<http://www.funai.gov.br/index.php/ascom/1947-historia-e-cultura-guarani?limitstart=0#>)

O discurso sobre a origem do Brasil é sempre baseado na chegada do branco e com isso o processo de catequização dos índios. O que se cogitou na época foi o discurso das descobertas, discurso das conquistas, discurso da dominação (ORLANDI, 1990, p. 19). Essa foi a primeira forma de calar os índios, quando suas línguas e suas práticas culturais foram superadas pela língua portuguesa e pela cultura europeia, que dominaram o território brasileiro e que se eternizam até a atualidade.

É a grande glória e a honra de nossos reis e dos espanhóis escreve Gomara em sua História Geral dos Índios, ter feito aceitar aos índios um único Deus, uma única fé e um único batismo e ter tirado deles a idolatria, os sacrifícios humanos, o canibalismo, a sodomia; e ainda outras grandes e maus pecados, que nosso bom Deus detesta e que pune. Da mesma forma, tiramos deles a poligamia, velho costume e prazer de todos esses homens sensuais; mostramos-lhes o alfabeto sem o qual os homens são como animais e o uso do ferro que é tão necessário ao homem. Também lhes mostramos vários bons hábitos, artes, costumes policiados para poder melhor viver. Tudo isso e até cada uma dessas coisas vale mais que as penas, as pérolas, o ouro que tomamos deles, ainda mais porque não utilizavam esses metais como moeda. As pessoas desse país, por sua natureza, são tão ociosas, viciosas, de pouco trabalho, melancólicas, covardes, sujas, de má condição, mentirosas, de mole constância e firmeza [...]. Nosso Senhor permitiu, para os grandes, abomináveis pecados dessas pessoas selvagens, rústicas e bestiais, que fossem atirados e banidos da superfície da Terra, escreve na mesma época (1555) Oviedo em sua História das Índias. (LAPLANTINE, 2003, p. 29)

Na visão de Orlandi, 1990, o devotamento do missionário faz parte da derrota do índio. A repressão violenta do poder do Estado precisa (é sustentada, tem seu contraponto como sustentáculo) da generosidade dos missionários (ORLANDI, 1990, p. 127). E a generosidade da Igreja em converter os índios, mostrando o lugar subalterno que lhes é identificado. No entanto, esta conversão não se deu de forma harmoniosa e pacífica, assim, o discurso missionário e o discurso colonizador fez com

que o branco dominador e o religioso unissem forças para dominar o indígena, controlando suas crenças e lutando pela substituição dessas pelo cristianismo; contrapondo a subjugação econômica e cultural. Os religiosos católicos, na catequização, tinham também a missão de pacificar os índios, o que auxiliava o colonizador. E a história mostra que pouco tem avançado:

Motivar a conversão das pessoas, da sociedade e da própria Igreja para a solidariedade, a justiça, o respeito e a partilha, dando especial destaque, desta vez, aos povos indígenas. [...]. Ao refletirmos sobre a causa indígena, vamos assumir um compromisso concreto com suas lutas, em defesa de suas identidades étnicas, suas organizações sociais, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. (CAMPANHA DA FRATERNIDADE, 2002, p. 6).

Partindo de tais considerações, destacamos o discurso proferido por Itaipu em relação aos Guarani do extremo Oeste do Paraná:

(SD-22) Com a implementação do Programa Cultivando Água Boa, proposto pela Itaipu Binacional, desde 2003, foi ampliado um processo de construção de sustentabilidade das aldeias, que contempla atividades socioambientais, produtivas, culturais e econômicas, entre as quais se destacam as empreendidas pela Itaipu em parceria com a FUNASA, IAP, IBAMA, FUNAI, ÑANDEVA, COART, Governo do Estado do Paraná, e Prefeituras de Diamante D'Oeste e São Miguel do Iguaçu, Cooperativa Lar, Pastoral da Criança, Ministério Público e, evidentemente, pelas comunidades indígenas. (DVD TRADIÇÃO GUARANI, ITAIPU BINACIONAL, 2009)

O depoimento confirma que o Guarani do Oeste do Paraná é discursado, descrito pela Itaipu. Com isso, esse indígena entra no círculo do discurso da sustentabilidade, pois é a partir do Programa Cultivando Água Boa, de iniciativa da Itaipu, que se constrói a sustentabilidade nas comunidades indígenas da região da Hidrelétrica, através de atividades socioambientais, produtivas, culturais e econômicas desenvolvidas em parceria. Essa ideia, causa a falsa impressão de que o indígena é parceiro da Itaipu e para que isso aconteça, ele precisa aceitar as ações para se emoldurar no discurso da sustentabilidade. Trata-se da velha e conhecida oratória da colonização insurgindo em um discurso atualizado, mas é notório e nítido o apagamento das práticas tradicionais do povo Guarani. O que perpetua no imaginário da sociedade local, e também no imaginário dos próprios indígenas, é o discurso de que todos nós, inclusive os indígenas, devemos viver em um ambiente

sustentável, bem como, também, o princípio de que os hábitos dessas comunidades correspondem a formas de simbiose com o meio ambiente, desse modo, o consumo das comunidades ditas tradicionais não pode ser considerado degradante.

Parece ser consenso afirmar que a instalação da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional no Oeste do Estado do Paraná traz, em si, uma série de divisões para os Guarani situados na região, tais como a obscuridade da política desenvolvimentista dos países onde residem os Guarani e o desequilíbrio ecológico causado pelo desmatamento e pelas inundações oriundas das construções de hidrelétricas perto ou dentro das aldeias indígenas. Enfatizando a maior delas, a maior do mundo: Itaipu, construída na década de 70. O nome Itaipu é de origem Guarani, e significa a pedra que canta, no entanto:

Para os guaranis da região da tríplice fronteira, Itaipu é a pedra que chora. Chora a desgraça dos que perderam seu habitat tradicional, dos que foram abandonados e desamparados, privados de suas fontes que lhes forneciam a base material para satisfazer suas necessidades, os guaranis foram obrigados a migrarem compulsoriamente para outras regiões, na busca de uma terra propícia para viverem como indígenas. (CHAMORRO, 1998, p.18)

Para Foucault (1996), a produção do discurso em toda sociedade é controlada e selecionada visando impedir a sua materialidade. Foucault alerta que —não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 1996, p. 9).e ainda completa:

Por mais que aparentemente o discurso seja pouco importante, as interdições que o atingem logo e depressa revelam a sua ligação com o desejo e com o poder. E o que há de surpreendente nisso, já que o discurso – como a psicanálise nos demonstrou – não é simplesmente o que manifesta (ou oculta) o desejo; é também o que é o objecto do desejo; e já que – a história não cessa de nos indicar – o discurso não é simplesmente o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, aquilo pelo que se luta, o poder do qual procuramos apoderar-nos. (FOUCAULT, 1996, p. 10)

Existe uma nítida segregação entre o discurso que tem poder e visibilidade para o que não tem. De acordo com Foucault, é esta separação que dá a ordem do discurso: os que têm poder falam, os que não têm, silenciam. O controle do discurso que ainda é feito parte daquele que fala, o seu autor, e dá a autoridade que lhe é investida: *“Ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”* (FOUCAULT, 1996, p. 37).

Essa autoridade, qualificação para falar em sustentabilidade nas comunidades indígenas deriva da instituição Itaipu. Não é o Guarani que fala do Guarani, mas, sim, é a empresa Binacional que tem autoridade para dizer o que fazer e como fazer:

A fronteira, onde está localizada a hidrelétrica [Itaipu] tem uma história que é indissociável da presença indígena, em especial ao povo Guarani, que exerceu grande influência cultural na região. Hoje, essas comunidades constituem populações em situação de risco social e, por isso, a Itaipu vem procurando desenvolver ações que lhes possibilitem melhores condições de vida, com novas oportunidades de geração de renda, assistência técnica na produção de alimentos para o consumo próprio, resgate da cultura e da autoestima, estímulo ao artesanato, entre outras. (JORNAL CULTIVANDO ÁGUA BOA, nov. 2012, p. 33).

Além da piscicultura, a agricultura e o artesanato são atividades típicas do cotidiano indígena. Na aldeia do Ocoy, onde a área é de apenas 250 hectares, a agricultura é mais voltada para a subsistência das famílias com o cultivo de sementes, milho e 85 mandioca. A Itaipu fornece assistência técnica e maquinário para auxiliar a produção. (JORNAL CULTIVANDO ÁGUA BOA, nov. 2012, p. 31).

As comunidades indígenas Guarani da região Oeste do Paraná se encontram na situação de prejuízo de seus laços culturais, pois se tornaram dependentes das políticas assistenciais da Itaipu Binacional ou da sociedade de um modo geral para resgatar sua cultura e a autoestima:

O artesanato, que já é uma tradição indígena, ganhou mais força com o apoio do projeto [sustentabilidade nas comunidades indígenas]. Em parceria com a prefeitura de São Miguel do Iguçu, o projeto de Itaipu mantém a instrutora Maria Schneider, há sete anos trabalhando em oficinas e acompanhando os artesãos do Ocoy [...]. Os grupos são de 15 pessoas por oficina, que dura de cinco a sete dias. Nesses cursos, trazemos técnicas inovadoras para melhorar o artesanato que já fazemos, explica à instrutora [...]. Na última encomenda grande que fizemos conseguimos três mil reais por 450 peças que levamos um mês para terminar. Já atendemos até encomendas de outros países como França, Itália e Alemanha revela Maria e afirma ainda que o artesanato é uma boa fonte de renda para os índios. (JORNAL CULTIVANDO ÁGUA BOA, nov. 2012, p. 31)

É triste e perceptível que o artesanato, enquanto tradição indígena, precisa do apoio do projeto de Itaipu, que acontece em parceria com a prefeitura de São Miguel do Iguçu, sendo que há a presença de uma instrutora não indígena, a qual promove cursos para o aperfeiçoamento e/ou melhoramento do produto final, sendo este enviado à comercialização até para outros países, inclusive, como destaca a instrutora. O Guarani habitante do Oeste do Paraná, é um indígena contraditório às suas práticas, segundo o discurso de Itaipu. Cria-se no imaginário coletivo da

sociedade a ideia de um indígena incapaz, dependente da bondade das instituições parceiras no projeto, principalmente da Itaipu, tornando as áreas um modelo de bem-estar socialmente aceito, representando o próprio paraíso.

O povo Guarani vive em um território que compreende regiões no Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina e se diferenciam internamente em diversos grupos, conservando algumas semelhanças. Nos aspectos principais de sua cultura e organizações sociopolíticas, contudo, diferentes no modo de falar a língua guarani, de versar sua religião e distintos no que diz respeito aos meios que aplicam na relação com o meio ambiente.

Essas diferenças, que podem ser consideradas por menores do ponto de vista do não indígena, exercem o papel de marcadores étnicos, distinguindo comunidades políticas exclusivas. Esses grupos reconhecem a origem e proximidade histórica, linguística e cultural e, ao mesmo tempo, diferenciam-se entre si como forma de manter suas organizações sociopolíticas e econômicas. A real história do povo Guarani, de uma luta negligenciada por décadas pelo Estado brasileiro e pela própria Hidrelétrica Itaipu. O que vem a tona toda vez que alguém remete-se a Hidrelétrica é que foi e é um dos projetos mais simbólicos da ditadura militar instaurada no Brasil em 1964.

Os indígenas guarani do oeste do Paraná, que ocupavam a fronteira com o Paraguai, foram expulsos de seus territórios tradicionais, durante a ditadura, para que a usina pudesse ser construída. As porções de terras que pertenciam a toda comunidade Guarani, que inclusive eram consideradas sagradas, como a cachoeira de Sete Quedas e os cemitérios, foram alagadas para dar espaço a Hidrelétrica. “Essa é uma perda que os indígenas nunca superaram. A dispersão territorial ocorrida à época da construção da usina, fez com que os Guarani fossem confundidos com povos nômades que não tinham terras. Quem não foi obrigado a sair, fugiu. Outros foram “limitados” em uma área reduzida, desconsiderando o modo de vida dos guarani, que vivem em famílias nucleares distantes umas das outras. Eles não foram respeitados. Essa é uma história que a história oficial não conta, ou melhor, há uma tentativa de tratar essa questão invisibilizando os índios.

Os erros cometidos pelo Estado brasileiro e pela própria Itaipu refletem nas comunidades até hoje. Há comunidades em condições de extrema pobreza, famílias que passam fome e sem condições dignas de moradia. A Itaipu trata esses indígenas como camponeses. E negando a identidade indígena, também negam o direito à terra.



FIGURA 22: Crianças Guarani Ocoy



FONTE: <https://reporterbrasil.org.br/2019/04/familias-indigenas-separadas-por-itaipu/> (acessado 28/03/21)

Além da situação de miséria que muitas famílias Guarani vivem hoje no Oeste do Paraná (FIGURA 22 do acervo da Itaipu), boa parte da sociedade, que desconhece a verdadeira história dos Guarani, idealizam os indígenas como invasores e oportunistas. Em diversos locais, a resistência é tamanha que comerciantes não vendem alimentos para famílias Guarani. No município de Santa Helena, houve manifestação contra a presença dos indígenas. Dessa forma, é perceptível que os guarani estão à mercê de todo tipo de violência. Há uma pressão da cidade contra eles, da população querer fazer justiça com as próprias mãos, como se eles fossem os invasores, como se não fossem eles os pobres da terra, que foram vítimas de uma desapropriação que não lhes garantiu direitos, apenas ficaram com o legado da pobreza e da extinção dos seus.

Ao pensarmos o indígena, muitas vezes idealizado pela construção de um estereótipo definido, não lhe dando a chance de serem protagonistas da própria história. Idealizados à partir de uma visão colonizadora, a qual por vezes romantiza o índio, ou simplesmente nega o legado histórico e cultural dos povos indígenas.

No entanto, essa presença indígena está em diversos lugares das cidades do Oeste do Paraná. Desde o nome da capital do estado “Paraná”, aos nomes das cidades, rios, estabelecimentos comerciais.

O movimento colonizador, acrescido de um ideário de “limpeza étnica”, o qual exclui a existência das comunidades tradicionais com objetivo de construir um ideário colonizador, um protótipo de herói, descrito como um homem, branco, descendência europeia, cristão. Esses fatores, contribuem para a construção das trivialidades que descaracterizam os indígenas, descrevendo-os como os pobres da terra, aqueles que à margem da sociedade são julgados como preguiçosos, sem cultura. Para desconstruir essa visão equivocada, faz-se necessário a busca de saberes significativos, que quebrem as barreiras do preconceito, da intolerância e da discriminação, é preciso escrever uma história sem exclusão de nenhum ator social.

Ouvimos com frequência que o Brasil é um país plural. Essa pluralidade é observada à partir da questão étnica, religiosa, cultural, ambiental, no entanto, toda essa diversidade acaba sendo minimizada ao priorizarmos apenas uma versão da história. Assim, para encontrar um caminho coeso, que trate das diferenças, faz-se necessário entender os conceitos que definem as comunidades tradicionais indígenas, que é o caso desse trabalho. Um dos conceitos mais importantes para entendermos quem é o indígena, é o conceito de comunidade nas palavras de Maria Manuela Carneiro da Cunha, primeiramente conceitua o que são comunidades indígenas, para conceituar o que é ser índio, da seguinte forma:

Comunidades indígenas são aquelas que se consideram segmentos distintos da sociedade nacional em virtude de uma consciência de sua continuidade histórica com sociedades pré-colombianas; assim, índio é quem se considera pertencente a uma dessas comunidades e é por ela reconhecido como membro (CUNHA, 1985. p. 42).

Assim, um grupo de pessoas pode ser considerado indígena ou não indígena se, estas próprias pessoas, se considerarem indígenas, ou ainda se assim forem consideradas como tal pela sociedade.

Os povos indígenas da Região Oeste e de forma geral no Brasil, sofrem preconceito e que por causa de um processo de invisibilização, têm os seus direitos, dignidade e respeito sistematicamente violados pelo Estado, os pobres e por parte da população não indígena, que desconhece esta situação.

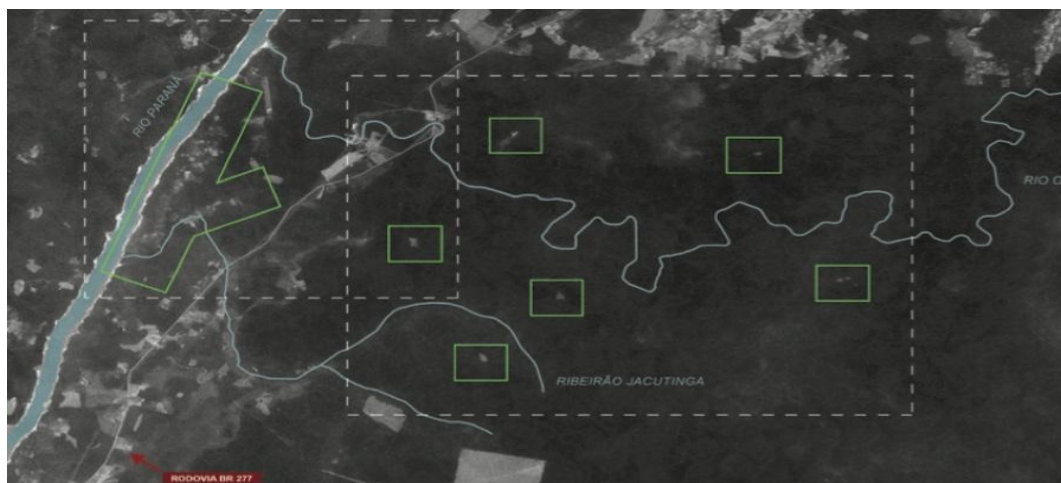
Alguns pontos são cruciais e aumentam a violência contra as comunidades tradicionais, a falta de demarcação efetiva das terras indígenas, de políticas públicas de saúde e de educação para estes povos e o não reconhecimento dos seus direitos, são elementos fundamentais para que perpetuem as injustiças.

Nos últimos tempos, percebe-se uma intencionalidade em disseminar os discursos que alimentam o ódio e preconceito contra os povos indígenas. Lançam em diferentes esferas da sociedade um movimento anti-indígena acatando os interesses de alguns grupos representados por políticos, pelo Estado, pelos meios de comunicação.

A violência contra o índio, contra o pequeno lavrador faz parte da história do oeste do Paraná. Áreas de terras em litígios eram comuns no Estado. O desbravamento da região oeste por famílias oriundas principalmente dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina foi cheio de dificuldades no que diz respeito à legalização da terra.

Mapas e registros cartográficos inéditos, analisados por Paulo Tavares, professor e pesquisador da Universidade de Brasília - UNB, mostram em detalhes como era a presença indígena na área da usina hidrelétrica de Itaipu, no Paraná, antes das obras e da consequente inundação do local, na década de 1970.

FIGURA 23: Roçados Indígenas e Aldeias em Ocoy-jakutinga.



FONTE: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/07/29/itaipu-mapas-apontam-expulsao-de-indigenas-e-questionam-decisao-de-aras.htm>

(acessado em 29/03/21)

A Imagem de satélite de 1967 (FIGURA 23), mostra roçados indígenas e aldeias, em verde, em Oco'y Jakutinga, área que foi parcialmente inundada pelo reservatório de Itaipu.

Para Tavares, o sigilo sobre as imagens aponta a intenção da ditadura militar (1964-1985) e órgãos de Estado de aplicar uma "estratégia perversa" para expulsar famílias Avá-Guarani de suas terras e abrir espaço para a usina e para a colonização da área, atropelando a comunidade e sua cultura. Os mapas, analisados pelo pesquisador e reunidos no estudo Atlas do Desterro, confirmam a presença de indígenas em 1967, com roçados e ocupação do solo, em Oco'y Jakutinga (onde hoje está construída Itaipu) — fato que os militares tentaram esconder. "A evidência fotográfica é irrefutável", afirma o pesquisador da UNB.

Em 1977, por exemplo, a presença indígena é indicada em mapa feito por Itaipu com uma pequena área de ocupação indígena, pequena faixa em vermelho, ignorando registros anteriores que afirmavam que as comunidades ancestrais estavam por toda a região.

FIGURA 24: Mapa Elaborado por Itaipu



FONTE: <https://reporterbrasil.org.br/2020/07/mapas-ineditos-indicam-que-ditadura-mascarou-dados-ao-retirar-indigenas-em-itaipu/> (acessado em 02/04/21)

No mapa elaborado por Itaipu (FIGURA 24), em 1977, indicando a presença indígena apenas na barra do Oco'y e a ilha oferecida para o reassentamento. Embora existam os documentos oficiais, os quais reconhecem a presença indígena no território onde hoje é Itaipu, no final dos anos 70, quando os missionários do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), tiveram contato com o grupo indígena que estava prestes a ser atingido pela construção da hidrelétrica, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) não reconhecia a área como reserva indígena. Sendo isso, resultado dos desdobramentos do projeto de colonização hasteado pelo Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA), que de acordo com GERMANI (1982) buscou resolver a crise dos agricultores posseiros despejados do Parque Nacional do Iguaçu, em 1975. Com a relocação daqueles dentro da terra Ocoí, território indígena, que foi dividido em lotes, devidamente doados para as famílias de agricultura familiar. Os Avá-Guarani que ali residiam foram relocados para a reserva indígena de Laranjeiras, de onde voltaram tempos depois. A expulsão, ainda que de efeito temporário, chamou a atenção da opinião pública para a existência de um grupo indígena no local.

## CAPÍTULO 4

### ITAIPU BINACIONAL: A DESAPROPRIAÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS E OS IMPACTOS AMBIENTAIS

#### 4.1 Itaipu Revolucionária Ou Exploratória

O projeto Itaipu Binacional, à priori apresentado como revolucionário, com relevância na área de produção de energia no mundo. Parece não ter considerado, de forma significativa e eficaz, os impactos sobre a fauna e a flora, muito menos as mudanças estruturais no hábitat natural das comunidades indígenas que ali habitavam.

A Usina Hidrelétrica de Itaipu é a maior usina hidrelétrica em funcionamento na geração de energia no mundo, sendo gerenciada pela empresa Itaipu Binacional por se tratar de uma usina construída em conjunto pelo Brasil e Paraguai. Caracterizando-se, nesse âmbito, a fronteira entre os dois países, localizada na divisa do Rio Paraná. A barragem principal de Itaipu tem 196 metros de altura e 7.235 metros de comprimento. A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu teve início no ano de 1975, envolveu grandes negociações diplomáticas entre Brasil e Paraguai, pois a obra estava localizada numa área de litígio entre os dois países. Foi uma das maiores obras de engenharia da época. Em outubro de 1982 foi concluída a construção da barragem e o fechamento das comportas, formando o Lago da Itaipu. Obtendo o seu funcionamento no ano de 1984, e o seu reservatório possui uma dimensão de 1.350 quilômetros quadrados ([www.itaipu.gov.br/nossa-historia](http://www.itaipu.gov.br/nossa-historia)).

A Usina Hidrelétrica de Itaipu, denominada Itaipu Binacional, fixada entre as cidades de Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Leste (Paraguai), com coordenadas geográficas aproximadas de 25°32'52" Latitude Sul, e 54°35'17" Longitude Oeste, no extremo Oeste do Estado do Paraná. O reservatório encontra-se localizado na área de fronteira do Brasil com o Paraguai, entre as cidades de Guaíra e Foz do Iguaçu (Brasil) e Salto del Guairá e Ciudad del Este (Paraguai). O enchimento do reservatório interferiu na vida de milhares de pessoas que habitavam nas margens do Rio Paraná entre Foz do Iguaçu e Guaíra. Mesmo com toda a sua grandiosidade a obra causou grande impacto ambiental, na esfera que abarca o Rio Paraná. A proporcionalidade impactante que tal obra provocou são características de extrema preocupação.

Destaca-se que os problemas ambientais, advindos da construção da Itaipu, gera dificuldades eminentemente sociais, provocadas e atravessadas por um conjunto



de processos sociais (LEFF, 2000). Encontrando o meio ambiente completamente penetrado e reordenado pela vida social humana e à partir desse contexto que os problemas ambientais se tornam cada vez mais agravantes, no qual os processos produtivos do sistema atual vigente tomam formas de degradação do ambiente em prol da acumulação de riquezas materiais, intensificando enormemente os impactos ambientais, a degradação desenfreada da natureza em sua forma natural. Nesse recinto, cabe a reflexão e a análise da relação homem versus natureza ou a possibilidade da existência de uma ação harmoniosa entre esses elementos destacados.

A usina provou várias modificações, tanto no âmbito ambiental como no âmbito socioeconômico. A obra da usina causou fortes impactos em toda a região do extremo-oeste do Paraná, principalmente em Foz do Iguaçu, onde o canteiro de obras da usina foi localizado, e também nos municípios paraguaios que fazem fronteira com o Lago de Itaipu. Cabe ressaltar que o tamanho da obra, e conseqüentemente o volume de mão de obra e serviços associados, bem como a extensão de terras férteis e infra-estruturas inundadas pelo Lago da Usina, implicaram em uma série de transformações na paisagem (ENOKIDA & SOUZA, 2010).

No processo de desenvolvimento da sociedade são identificadas as inúmeras atividades que acometem o meio ambiente, visto aqui no seu aspecto natural, causando a transformação desse meio, efetuadas pelas técnicas utilizadas nas ações modificadoras do meio natural em favor do “progresso” e do “desenvolvimento” da humanidade.

O grande problema dessa questão que envolve a Itaipu é o fato da construção de uma gigantesca represa que transformou um enorme rio em um enorme lago de 1350 Km<sup>2</sup>, alagando uma faixa regional que vai desde o município de Foz do Iguaçu até Guaíra, ambos localizados no Estado do Paraná, constituída numa área de fronteira internacional, entre o Brasil e o Paraguai. Essa transformação do meio acarretou não só numa alteração do relevo como também modificou o clima e as alterações dos organismos entre si e com o meio físico, propícios da região. Toda a ecologia da região sofreu uma modificação brusca e ficou alterada devido a tais complicações. Nesse entorno, a fauna e a flora existentes foram drasticamente afetadas pelas águas da represa.

Conseqüentemente, a maioria das atividades humanas causa algum tipo de impacto negativo para o meio ambiente, logo, as construções de usinas hidrelétricas não fogem a essa regra, que ocasionam uma grande gama de impactos

socioambientais. Como enfatiza França, *“todo processo de geração de energia elétrica, independente da fonte, envolve custos diferenciados e acarreta imensuráveis impactos”* (FRANÇA, p.27, 2010)

A autora Fernanda Buenaga (2019), aponta que a implantação de usinas hidrelétricas no Brasil entre as décadas de 1960 e 1990, Itaipu é um exemplo, gerou grandes impactos derivados dos graves problemas ambientais resultado de uma obra, que na época de construção não considerou discussões sociais e muito menos, considerou ações de impactos. Ressalta-se que nessa época de edificação do projeto Itaipu, o Brasil e o restante do mundo não discutiam a consciência ambiental e no caso brasileiro, a regulamentação sobre os impactos iniciou em 1986. As obras, de maneira geral, tem grande impacto sobre o meio ambiente, seja na área diretamente afetada ou na área de influência indireta, considerando ao longo do tempo de vida útil da usina. Segundo Souza (2000) os impactos ambientais de grande relevância e complexos ocorrem na fase de construção e de operação, que podem, inclusive, afetar o andamento do projeto.

As agências empreendedoras e o próprio governo, não demonstravam preocupação ambiental em relação aos impactos causados pelas hidrelétricas, à época da construção da Itaipu, por exemplo, a escala de investimento com a implantação desses macroprojetos tornava os impactos inferiores ou passíveis de superação. A própria ideia de hidrelétrica no Brasil, leva à complexidade da discussão referente aos impactos, uma vez que elas foram pensadas com objetivo fundamental a produção de energia elétrica e portanto beneficiam e impactam diferentes segmentos da sociedade. Assim, não há desconsideração a utilidade e benefícios que a Itaipu significa na vida das pessoas que dela se beneficiam. Contudo, há que ressaltar os impactos sejam eles de lugar, território, morada, sejam eles de desagregação cultural, ambiental ou nas mudanças do jeito próprio de ser índio. Nas palavras de Müller (2003):

Considerava-se aceitável impor às regiões afetadas pelas hidrelétricas os danos dos “eventuais” desajustes de sua economia e seus valores culturais (já houve tempo e quem sugerisse ser um privilégio aquelas comunidades “participarem” de uma causa nobre: o desenvolvimento regional). (MULLER 1995.p.270)



Para compreender algumas definições e marcos legais, no que sugere o meio ambiente e seus impactos, precisamos nos remeter ao conceito de sustentabilidade, o qual se deu na Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo, na Suécia em 1972, considerado o marco da discussão sobre desenvolvimento ambiental, posteriormente à publicação do Relatório de Brundtland, “Nosso Futuro Comum” em 1987, que discute o modelo de desenvolvimento e crescimento econômico tomados como modelos nas últimas décadas pelos países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento. Esse conceito agrega diretrizes e princípios que superam a rasa concepção de desenvolvimento baseado apenas em princípios econômicos, propõe o crescimento e desenvolvimento sustentável, em que o manuseio dos recursos aconteça de modo a atender às necessidades presentes, sem comprometer a vida das gerações do futuro.

Assim, para que ocorra o desenvolvimento sustentável em determinada região, é necessário conhecer bem as potencialidades e vulnerabilidades. De acordo com Müller (1995) os impactos e consequências também devem ser sustentáveis: *“Ainda que a geração hidrelétrica seja sustentável, algumas regiões atingidas para que ela fosse gerada tiveram, em lugar de desenvolvimento, retrocesso insustentável”*.

Seguindo essa linha de raciocínio, Bolea (1989) define impacto ambiental como a diferença e a situação do meio ambiente no futuro transformado após a realização do projeto de Itaipu e a situação do meio ambiente no futuro, com uma evolução normal sem o projeto.

Desse modo, os impactos ambientais causados pela construção da usina hidrelétrica, são muito. Segundo Sevá Filho (1990), atingem a fauna e a flora, sem contar que fazem desaparecer vestígios culturais do passado, os quais poderiam ser estudados e aprofundados. Assim, os impactos ambientais e sociais advindos da construção desses lagos artificiais, são irreversíveis e, mesmo com a tentativa de diminuí-los por meio de medidas que tentem minimizar esses eventos adversos que se apresentam com potencial para causar impactos ambientais adversos ao meio natural, essas alternativas não são o bastante para evitar as grandes perdas.

#### **4.2 Hidrelétrica de Itaipu e a Vida Avá-Guarani**

A construção da Hidrelétrica Itaipu Binacional mudou significativamente a vida dos Avá-Guarani que habitavam a região na qual ela foi construída em Foz do Iguaçu.

Para que ocorresse a construção da Hidrelétrica, fez-se necessário a desocupação da área a ser atingida. E nesse processo, o conflito entre o Estado, representado pela estrutura política da Itaipu Binacional e os indígenas, constitui-se um dos pilares de pesquisa desse trabalho, fundamentando-se na proposta da análise da construção da Hidrelétrica da Itaipu Binacional, a história, a degradação ambiental e desapropriação dos territórios indígenas.

FIGURAS 25 e 26: Desapropriação de Territórios Indígenas



FONTE: <https://theintercept.com/2018/06/12/fotos-funcionarios-itaipu-incendio-indigenas/> (acessado em 04/04/21)

A construção de uma memória dominante, difundida pelos aparelhos institucionais da Hidrelétrica de Itaipu. A memória como é um fato individual e social. Individual porque as experiências lembradas só podem ser recordadas por indivíduos, como explicou Halbwachs (1990, p. 27-33), o que as pessoas rememoram faz sempre referência à sua posição nas relações sociais do passado. A memória só pode ser invocada se o indivíduo ainda mantém vínculos afetivos com o grupo, ou como diz o autor, na comunidade afetiva. Ou melhor, as recordações individuais estão sempre localizadas dentro de uma matriz grupal. A memória é sempre parcial, tanto a memória individual quanto a coletiva é resultado de um processo de escolha de lembranças.

Num contexto individual, tanto o que é recordado como o que é esquecido estão ligados à capacidade do indivíduo de retomar os modos de pensamento e a experiência do grupo que fez parte, o que está diretamente ligado ao afeto que o indivíduo guarda com o grupo; num contexto de memória coletiva o que é lembrado e o que é esquecido implica em um processo organizado de escolha de memórias que devem compor a memória coletiva.

FIGURA 27: E Agora Itaipu?



FONTE: <https://trabalhoindigenista.org.br/despejo-contra-comunidade-ava-guarani-no-oeste-do-parana-pode-ser-suspenso/> (acessado em 05/04/21)

Dessa forma, compreendendo a presença, o deslocamento e a ocupação de outros espaços, dos Avá-guarani, cujo local de origem, hábitat natural, era o território onde hoje é Itaipu. E por meios das análises que foram construídas, buscando entender as dinâmicas de dominação e resistência das comunidades tradicionais.

Assim, é notório que para que a construção da Usina de Itaipu fosse possível, fez-se necessário movimentar famílias com culturas sólidas, estabelecidas em no lugar de ser Guarani: “Itaipu destruiu não apenas moradias, mas também redes de parentesco, modos de produção e a própria base dos modos de vida e de significação dos guarani ao avançar sobre seus lugares históricos e sagrados”<sup>15</sup>. Esse depoimento advindo do relatório ‘Avá-Guarani’<sup>16</sup> ilustra a memória da desagregação familiar, cultural e de sobrevivência.

---

15 <https://reporterbrasil.org.br/2019/04/familias-indigenas-separadas-por-itaipu/> Acessado em 28/09/20 às 17 horas e 45 minutos

16 O relatório ‘Avá-Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais’ é resultado de um levantamento inédito feito por um grupo de procuradores e uma antropóloga a pedido da procuradora-geral da República, Raquel Dodge. Para esse grupo guarani, nada teve a “mesma capacidade



Por falta de esforços da Itaipu, Funai e Incra, poucas comunidades indígenas foram identificadas antes da construção da usina. Uma delas foi Ocoy.

Diferentemente de muitos escritos, relatados pelas histórias oficiais, os indígenas, nunca deixaram a região da Itaipu. Hoje, vivem nas Terras “Tekoha”, nas proximidades do lago. E esperam desde a época da inundação da usina, a qual prometeu uma indenização que para muitos dos Guarani, nunca chegou. Os cemitérios que tinham antigamente ficaram debaixo das águas, e várias aldeias também.

A situação convergiu em 1982 para a remoção e confinamento dos Guarani numa exígua faixa de terra à beira do lago de Itaipu, sem qualquer paridade em tamanho e condições ambientais com o território ocupado anteriormente, o que também violava a legislação indigenista vigente. Ali eles enfrentaram surtos de malária e doenças decorrentes do uso de agrotóxico pelos colonos vizinhos, surtos esses que dizimaram parte da população.

Ainda assim, prevalece a versão oficial da inexistência dos indígenas e da generosidade da Itaipu.

---

transformadora, destrutiva e genocida que a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu”, diz trecho do documento. “A trajetória desse povo não chega a ser nota de rodapé da história oficial”, conclui. “Esse relatório abre um novo capítulo da história guarani e dos demais brasileiros. Você tem um órgão do estado, com independência para investigar, mostrando que o estado vem há mais de dois séculos violando os direitos dos guarani, violações essas consolidadas por Itaipu”, diz o procurador João Akira Omoto, um dos responsáveis pelo trabalho. O grupo revisou cerca de 200 levantamentos produzidos sobre os guarani e mais de duas dezenas de documentos dos indígenas que pediam reconhecimento do território e das violações cometidas. Também visitou as comunidades onde eles vivem. (<https://reporterbrasil.org.br/2019/04/familias-indigenas-separadas-por-itaipu/> Acessado em 28/09/20 às 18 horas)

FIGURA 28: Memórias



FONTE: <https://cimi.org.br/2016/06/38536/> (acessado em 05/04/21)

Essas questões, são pertinentes a conscientização e a aplicação de políticas socioambientais na reestruturação do espaço, que foi assumido por uma nova configuração territorial. Com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, acarretaram vários impactos, principalmente, ambientais e sociais na época e que ecoam até hoje.

A questão ambiental é, portanto, o fio condutor dessa pesquisa, as análises realizadas foram destinadas na observação das questões ambientais e, evidentemente, analisamos o que está sendo feito para amenizar os impactos ambientais gerados nessa região, criando uma integração dos elementos que constituem a esfera ambiental, é claro, que dentro desse conjunto ambiental está relacionado também às atividades humanas das comunidades tradicionais, pois essas questões são indissociáveis, tudo está interligado dentro de um contexto geral, tanto a categoria ambiental como a social, pois o homem faz parte da natureza. Observando, nesse campo, a necessidade de composição de programas relevantes para assegurar a dinâmica dessa região.

A construção da Hidrelétrica de Itaipu acarretou mudanças socioambientais significativas na região onde se formou o imenso lago artificial. Nas palavras de Mazzarollo:

Pessoas, animais, plantas, terras, águas e clima pagaram e continuam pagando um elevado preço para que a existência de Itaipu seja possível. O sacrifício da imensurável riqueza natural imolada no altar do progresso será para sempre um peso a ser sustentado pela monumental barragem que produziu todos os custos econômicos, sociais e ambientais. (MAZZAROLLO, 2003. p.182),

Constata-se que averiguar as questões ambientais conexas ao Lago de Itaipu é essencial para existir uma preocupação maior na conservação e preservação da qualidade ambiental. É mister que haja uma atuação dinâmica de programas voltados ao meio ambiente para amenizar a ação impactante com a construção de uma usina hidrelétrica:

As inundações com barragens, justificadas pela necessidade de geração de energia elétrica para a sobrevivência do homem também contribuíram e contribuem para que inúmeras espécies vegetais fossem e sejam extintas. Uma das obras foi a própria hidrelétrica da Itaipu Binacional, que ocasionou a cobertura total das Sete Quedas e causou o desaparecimento de inúmeras espécies epífitas quando seus habitats foram inundados. [...] Outras barragens construídas ao longo do Rio Iguaçu e outros recursos hídricos potencializados para a geração de energia elétrica também têm levado à extinção ou mesmo à redução de inúmeras plantas (ROESLER, 2007. p. 187-188)

Desse modo, a dimensão do impacto causado pela construção da usina Hidrelétrica de Itaipu e, por conseguinte, a formação do Lago, acarretou uma gigantesca degradação do ambiente, tanto social quanto ambiental. Sendo o erguimento da barragem um ato avassalador, camuflado no discurso do desenvolvimento e do “progresso”, intervindo em todas as conjunturas da região, enfatizando o sacrifício ecológico provocado por tal empreendimento na região Oeste do Paraná.





## CONCLUSÃO

A construção da Hidrelétrica de Itaipu é um marco histórico dos momentos em que a história dos Avá-Guarani, passam a pertencer ao cenário da história do Brasil, uma vez que o êxito do projeto hidrelétrico está amarrado na inatividade da área a ser alagada, bem como de áreas necessárias para a construção da infraestrutura necessária para a implantação do projeto, como rodovias, pontes, linhas de transmissão, canteiros de obras e alojamentos. Naquele momento os indígenas entram dentro de um processo histórico fundamentado no conflito entre dois grupos, mas que ainda não pode ser considerado como uma luta de classes, uma vez que os Guarani não podem nem mesmo ser considerados como parte do que Karl Marx (2002) identificou como lumpesinato<sup>17</sup>. Em outras palavras, esse grupo que resistia à sua incorporação ao campesinato regional, vivia de trabalhos cíclicos e tarefas cotidianas, às vezes empregando-se nas fazendas que rodeavam seus territórios, às vezes colhendo erva mate, ocasionalmente engajando em comércio nas vendas vizinhas, mas sobretudo buscando em pequenas roças, na caça de pequenos animais e na pesca, o alimento de cada dia.

Os Avá-Guarani, exatamente como descreve Pierre Clastres (1978) uma sociedade que resiste ao Estado, não como confronto político entre sociedade e estado, mas como uma oposição à evolução social que levaria à formação de um Estado. O conflito entre os indígenas e o Estado consolidado, é uma batalha camuflada, não aberta ou declarada, que parte do próprio reconhecimento de ambas as partes, uma vez que o Estado à priori não reconhecia a existência de grupo indígena naquele território e o grupo indígena, por sua vez não reconhecia a presença do Estado e o choque das políticas governamentais no percurso histórico ou cotidiano.

Após anos de sofrimento e luta, consolida-se a difícil história indígena no Brasil, e suas conquistas mais significativas são muito contemporâneas, por isso o nosso acerto histórico com esses povos é imensurável. Portanto, é urgente e necessário valorizar e reconhecer a identidade étnica de cada cultura indígena, de

---

17 Segundo a teoria marxista, termo que designa o proletariado, a camada social desprovida de recursos econômicos, sem emprego formal nem consciência de classe; lumpemproletariado.

cada especificidade na organização social em particular, abarcando suas línguas e suas formas tradicionais de entenderem o mundo e as relações de convivência, de valores, de uso e ocupação da terra, bem como dos recursos da natureza.

É primordial que as comunidades tradicionais tenham a garantia do respeito aos seus direitos fundamentais como garante a Constituição Federal do Brasil. Não devemos permitir que interesses de grupos políticos, que representam setores de interesses individuais, meramente capitalistas, acabem com o legado histórico e cultural desse povo aguerrido, que são muito além de singelos primórdios civilizatórios da pátria amada. São antes de tudo, o que se tem de mais real e verdadeiro do patrimônio cultural brasileiro, e que merecem reconhecimento e serem enaltecidos, causando orgulho a Nação. Uma vez que todo brasileiro é antes de qualquer outra nacionalidade de origem, um descendente indígena, seja via parentesco ou via costumeira, são eles os reais donos dessa pátria amada. Tornando significativo o respeito pelos direitos coletivos e individuais de cada uma das etnias presentes na história, construindo uma convivência pacífica, respeitando o intercâmbio cultural, com os diferentes povos indígenas brasileiros, que ainda resistem.

Quinhentos anos passados e ainda não foi absorvida a lição do coexistir. Ao longo de todos esses anos os indígenas assistiram a retirada de comunidades inteiras dos seus territórios tradicionais, foram acometidos pelos conflitos mais cruéis desse País e inevitavelmente desfavorecidos. Assistiram perdas de culturas que levaram décadas para chegar até nós. No momento histórico conhecido como ‘Marcha Para Oeste’ no Governo do presidente Getúlio Vargas, incentivando e entregando títulos legais de terras à quem almejasse se dispor a trabalhar em favor da agronegócio do país. Fato esse, que colaborou, geograficamente, para a ocupação e desenvolvimento do interior do Brasil, no entanto, aludiu diretamente no número significativo de uma verdadeira guerra entre índios e agricultores.

Essa guerra posta no Oeste do Paraná, de certa forma com consentimento do governo em favor de exploradores e em detrimento de indígenas, em exclusivo no período ditatorial, onde os índios eram os pobres da terra, vistos do patamar do preconceito, tidos como preguiçosos, esquecidos e oprimidos por esses governos

extremamente desenvolvimentistas, onde o que valia era o anseio do governo em produzir desenvolvimento. E assim o fez, construíram uma barragem hidroelétrica no meio da mata fechada, onde os recursos naturais eram abundantes, prejudicando diretamente centenas de pessoas pertencentes a etnia Guarani dependentes daquele ecossistema, a obra da Hidrelétrica, teria a execução independente de qualquer aprovação indígena.

Recentemente os conflitos entre índios e não índios principalmente no que diz respeito à demarcação e exploração de terras indígenas, tem recebido destaque no cenário nacional, uma vez que a história é a marca de um passado de opressão, exclusivamente caracterizada pela ditadura. Nesses tempos de agora, os índios conseguem lutar, contando com o apoio de Organizações Não Governamentais, ONGS, órgãos e institutos de proteção a causa indígena, que buscam fazer valer a garantia dos direitos dessas comunidades na Constituição Federal, que apesar de ter apenas dois artigos referidos aos índios, são o ponto de partida para discussão.

O que assistimos é a ganância de grupos econômicos, essencialmente ligados ao agronegócio com total interesse às áreas indígenas. Querem a qualquer preço se utilizarem dessas terras. E nesse sentido o governo, ao longo dos anos, não tem tomado nenhum posicionamento de luta e defesa da causa indígena, inclusive interferem em governos estaduais e municipais, inibindo a manutenção dos direitos garantidos na Constituição Federal. Exemplo disso é a tramitação da PEC 215/15 que é considerada “*escancaradamente inconstitucional*”, dada a transferência de demarcações de terras indígenas e quilombolas para o Congresso Nacional. Para os índios, a proposta é um retrocesso na luta pelo território, pois qual é o interesse de bancadas ruralistas, do agronegócio, demarcarem territórios tradicionais, visto que o que prevalecerá nas decisões são única e exclusivamente os interesses dos grupos representados, em detrimento da preservação das terras das comunidades tradicionais, bem como dos recursos naturais.

A grande questão é que para conciliarmos o desenvolvimento e a preservação ambiental e humana, é primordial saber usar os recursos de forma benéfica, em outras palavras, utilização e reposição. Um dos exemplos é o reflorestamento, a retirada gradativa, a consciência ambiental que repõe na mesma medida que tira, compensando a exploração. O problema é que num passado histórico de exploração indistinta, não se fez dessa maneira, pois ganhou-se muito mais explorando tudo de

uma vez só, fator esse que acarretou no surgimento de desertos, extinção de animais, desmatamento descontrolado, desapropriação de territórios, surgimento de comunidades famintas e miseráveis entre outros significativos abalos no ecossistema. O que implica diretamente na vida dos índios que dependem dos recursos naturais para sobreviver.

Além da preservação dos recursos ambientais, é urgente nos atentarmos para a preservação cultural que se faz urgente e necessária. Parece que há um consentimento por boa parte da sociedade em enaltecer as empresas que exploram legalmente recursos naturais, em desdém a manutenção dos costumes e tradições indígenas com projetos e realização de eventos a favor desses povos que são os verdadeiros filhos dessa terra. Aqui não é apenas a falsa ideia de deixar o índio lá no meio do mato; é muito aquém disso, é preciso quebrar os estigmas e preconceitos que a sociedade tem do índio. Para isso, a educação é fundamental, demonstrando as culturas indígenas, enaltecendo os costumes e tratando de maneira natural o jeito de ser índio, de viver e existir. Não trata-se de julgamentos, não é melhor nem pior do que a de ninguém, mas é apenas diferente, um outro jeito de ser e por tudo isso as empresas exploradoras dos territórios tradicionais, buscam reparar os danos causados a essas comunidades, com projetos como “Cultivando Água Boa”. Em outras palavras daremos ênfase a temática, mas eles não podem ser um empecilho ao progresso.

Os povos indígenas não fazem parte do consciente coletivo nacional, mesmo com notícias recorrentes sobre eles, parecem não existir no território nacional. As políticas nacionais, não apontam para o incentivo de políticas que integrem as políticas ambientais de gestão às outras áreas administrativas dos governos, buscando a eco eficiência, alertando para uma política ambiental e de responsabilidade social, com a promoção do desenvolvimento justo e ecologicamente equilibrado, com o devido resguardo das comunidades tradicionais, combatendo à pobreza, isto é, praticar a justiça ambiental.

Em palavras simples, a responsabilidade social é o envolvimento das pessoas e dos diferentes setores na gestão ambiental. Aliás, levando em conta a

impossibilidade de viver sem todos os elementos do meio ambiente, trata-se de coisas que são fatores diretamente ligados a qualidade de vida da espécie humana, transformando padrões de produção e de consumo, promovendo a geração de empregos e de renda, gerando condições de acesso à habitação.

Para diminuir os efeitos causados pela construção da Hidrelétrica de Itaipu, são mantidos os programas ambientais, os quais são extremamente necessários para manter a preservação e a conservação ambiental da região, instituindo políticas de monitoramento das áreas para a permanência da biodiversidade e manutenção da flora e da fauna, cunhando programas para garantir a vida dos ecossistemas existentes. Esses métodos se aplicam no intuito de gerar uma amenização dos efeitos danosos com o erguimento da barragem, que é um fato que se tornou prejudicial às características e relações sociais e ambientais que se encontravam nessa região.

Apura-se que o desenvolvimento econômico, em que a sociedade se encontra conectada. *"O homem como ser vivo, depende diretamente da qualidade do ambiente: do solo, do ar, da água e dos processos ecológicos, como um todo, nas condições de saúde, bem-estar, emprego, recreação, habitação, saneamento básico e alimentação"* (ROESLER, 2007, p. 109). Parece ser o desejo universal dos povos, mas é preciso que se esteja preparado para que esse desenvolvimento não decorra em desarmonia com a natureza, afetando prejudicialmente as condições naturais. É preciso que se coloque fim à destruição dos nossos recursos naturais, com a meras alegação de uma ideologia progressista, pois as gerações que serão o futuro, certamente cobrarão os seus direitos, pelo que foi feito e pelo que deixou-se de fazer, respeitando a lei do retorno.

## REFERÊNCIAS

- AMANCIO, S. M. **Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões**. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.
- BOLEA, M. T. E. **Evaluación Del Impacto Ambiental**. Madrid: Fundación MA-PFRE. 2. Ed. 609 p. 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: BertanedBrasi, 1989.
- BUENAGA, Fernanda Vianna Amaral de Souza Cruz. **Impactos Sobre a Fauna e Flora Derivados da Implantação de Reservatórios de Hidrelétricas no Brasil**. In SANTOS, Marco Aurélio (organizador). **Hidrelétrica Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Synergia, 2019.
- CABEZA DE VACA, Alvar Nuñes. **Naufrágios e comentários**. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- CALLAI, Dolair Augusto. **Repensando o Oeste do Paraná**. Cascavel: Assoeste, 1983.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Sociologia no Brasil indígena**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- CARNEIRO DA CUNHA, Maria Manuela. **Definições de Índios e Comunidades Indígenas nos textos legais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1985.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1999.
- CHAMORRO, Graciela. **A espiritualidade guarani: uma teoria ameríndia da palavra**. São Leopoldo: Sinodal, 1998. 234 p. (Teses e Dissertações, 10).
- COLOGNESE, Silvio Antônio (Org.). **Fronteiras e Identidades Regionais**. Cascavel: Coluna do Saber, 2008.
- COLOMBO, O. L. **Memória, documentos sobre a Revolta de 61**. Serranópolis do Iguaçu: Igal, 2001.
- CPT. CPI Desparanização. Depoimento do Pastor G.G. Kirinus. Curitiba: CPT, 1978.
- CRESTANI, L. A. **Memórias dos conflitos agrários na região Oeste do Paraná (1950-1980)**. 2010. 67 f. Monografia (Especialização em História e Humanidades)- Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.
- ELIADE, Mircea. Mito e realidade. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- EMER, Ivo Oss. **Desenvolvimento Histórico do Oeste do Paraná e a Construção**

**da Escola.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FONTANA, Josep. **História: Análise do passado e projeto social.** Bauru-SP: EDUSC, 1998.

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRANÇA, Francieli Mezzomo. **Da geração de energia para o lazer: estudo da usina seu papel econômico e social na formação de territórios.** Francisco Beltrão – PR: UNIOESTE, 2010b (Dissertação de Mestrado).

FREITAG, Liliana da Costa. **Fronteiras Perigosas: Migração e brasilidade no extremo Oeste paranaense.** Cascavel : EDUNIOESTE, 2001.

GARCIA, Nelson Jahr. **Estado Novo: Ideologia e propaganda política.** São Paulo, Loyola, 1982.

GERMANI, Guiomar. **Os expropriados de Itaipu: o conflito Itaipu versus colonos.** Cadernos do Propur n.3, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grandes do Sul, 1982.

\_\_\_\_\_. **Expropriados, Terra e água: o conflito de Itaipu.** Salvador: 2ª Ed. EDUFBA/ULBRA, 2003

GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: A Dinâmica da Colonização no Oeste do Paraná nas Décadas de 1940 a 1970.** Cascavel: Edunioeste, 2002.

GUIMARÃES, M. D. A. **Desenvolvimento Rural: Territórios e Redes. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Sociais).** Rio de Janeiro. 2014.

HALBWACHS, Maurice. **“A Memória Coletiva”.** Edições Vértice — São Paulo, SP, 1990.

HOORNAERT, E. (org.) **Das reduções latino-americanas às lutas indígenas atuais: IX Simpósio Latino-americano da CEHILA.** São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

LAPLANTINE, François (1943). **Aprender Antropologia. Trad. Marie-Agnès Chauvel. Prefácio Maria Isaura Pereira Queiroz.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

LEFF, Enrique. **Pensamento sociológico, racionalidade ambiental e transformações do conhecimento,** p. 109-157. In: LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. Cortez Editora, São Paulo, 2000.

LUCIANO–BANIWA, Gersem dos Santos. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber

sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. 224 p.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A Taipa da Injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu**. 2ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral e memória: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.

MOTTA, Lúcio Tadeu. As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769- 1924). Maringá: EDUEM, 1994

MÜLLER, A. C. **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Makron Books, 1995

NIEDERAUER, OndyHelio. **Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua colonização, seu progresso**. Toledo: Prefeitura do Município de Toledo, 1992.

OBBERG, Kalervo. **Toledo, Um Município da Fronteira Oeste do Paraná**. Rio de Janeiro, 1960.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à Vista! Discurso do confronto: velho e novo mundo**. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso – Uma crítica à Afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PIERUCCINI, M. A.; TSCHÁ, O. C. P.; IWAKE, Shiguero. Criação dos Municípios e Processos Emancipatórios. In: PERIS, Alfredo Fonceca (Org.). **Estratégias de desenvolvimento regional: Região Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2003. p. 105-178.

RIBEIRO, Darcy. **A Formação e o Sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os Índios e a Civilização**. Petrópolis: Vozes, 1977

RIBEIRO, Maria De Fátima Bento. **Itaipu, A Dança Das Águas: Histórias E Memórias De 1966 à 1984**. Campinas, SP, 2006.

RICARDO, Cassiano. **Marcha Para o Oeste**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, Vol. 2, 1942



ROCHA, Elaine P. **Canal de desvio: um estudo da experiência de agricultores e índios no confronto com a Itaipu Binacional**. Dissertação (mestrado em história), PUC-SP, 1996.

ROESLER, Marli Renate von Borstel. **Gestão ambiental e sustentabilidade: a dinâmica da Hidrelétrica Binacional de Itaipu nos municípios lindeiros**. – Cascavel: EDUNIOESTE, 2007.

SCHALLENBERGER, Erneldo (Org.). **Identidades nas Fronteiras: Território, Cultura e História**, São Leopoldo: Oikos, 2011.

SCHALLENBERGER, Erneldo; COLOGNESE, Silvio Antônio. **Migrações Cristãs No Sul Do Brasil: o modo de ser Evangélico Luterano no Oeste do Paraná**. Toledo: Ed. Toledo, MG: Unioeste/Facitol, 1982.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. Rio Claro, 2 v. Tese de doutorado em Geografia: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 2002.

SEVÁ FILHO, A. O. **Intervenções e armadilhas de grande porte: um roteiro internacional dos dólares e seus argumentos, e dos seus prejuízos dos cidadãos nas obras hidrelétricas**. Revista Travessia, Barragens, São Paulo. Publicação do CEM, Ano II, v.2 n.6, p. 5-11, jan./abr.1990.

SILVA, Oscar (Org.). **Toledo e Sua História**. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples**. New York: Zed Books, 2012.

SOUZA, W.L. **Impacto Ambiental de hidrelétricas uma Análise Comparativa de duas Abordagens**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000

SPERANÇA, Alceu A. **Cascavel: A História**. Curitiba: Lagarto, 1992.

WACHOWICZ, Ruy C. **Obrageros, Mensus e Colonos: História do Oeste Paranaense**. 2 ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

WESTPHALEN, C.; MACHADO, B. P.; BALHANA, A. P. **Ocupação do Paraná. Cadernos de Migração**. São Paulo, v. 3, p. 4-43, 1988.